



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Valéria Suelen Moscheto Ferreira

DO IMPERIALISMO TRADICIONAL AO VERDE:
Continuidade e transformações na dominação global

Marília
2024

Valéria Suelen Moscheto Ferreira

DO IMPERIALISMO TRADICIONAL AO VERDE:
Continuidade e transformações na dominação global

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

Marília
2024

F383i Ferreira, Valéria Suelen Moscheto
Do imperialismo tradicional ao verde : continuidade e
transformações na dominação global / Valéria Suelen Moscheto
Ferreira. -- Marília, 2025
64 f. : tabs., fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações
Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

1. Imperialismo. 2. Colônias. 3. Movimento ecológico. I.
Título.

Valéria Suelen Moscheto Ferreira

DO IMPERIALISMO TRADICIONAL AO VERDE:
Continuidade e transformações na dominação global

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Banca Examinadora

Profº. Drº Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Prof. Dr. Jair Pinheiro
UNESP – Câmpus de Marília

Mestra Nicole Fassio Mahlow Tricário
UNESP – Câmpus de Marília

Marília, 13 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi um sonho que não realizei sozinha. Este trabalho é o reflexo de muitos momentos desafiadores, mas também de muito apoio e incentivo de pessoas especiais que caminharam ao meu lado pelos últimos quatro anos.

À minha mãe Edilene Moscheto, que sempre foi meu maior exemplo e meu pilar. Que sempre acreditou em mim desde o começo e sempre me inspirou a buscar conhecimento. Agradeço por ser minha motivação, minha força e meu abrigo. Tudo que conquistei tem um pedaço de você.

À minha avó, carinhosamente chamada de “noninha”, com seu jeito calmo de me aconselhar e me ensinar. Os seus conselhos sempre carregaram tanta sabedoria, e suas palavras me guiaram em muitos momentos importantes.

Ao meu namorado, que esteve ao meu lado em todos os momentos, sempre me incentivando e acreditando no meu potencial. Obrigada por ser meu parceiro nessa jornada, por suas palavras positivas e por compartilhar comigo cada conquista, por menor que fosse.

E por fim, a todos os docentes e colegas que eu tive o prazer de conhecer e que contribuíram para eu estar aqui, em especial ao meu orientador Dr. Paulo Cunha, por toda a paciência, dedicação e apoio durante essa caminhada. Sua orientação não apenas me ajudou a concluir este trabalho, mas também me proporcionou aprendizados valiosos que com certeza vou carregar comigo.

A todos, meu mais profundo agradecimento. Cada um de vocês foi essencial para que este sonho se tornasse realidade.

“Todas as poderosas nações imperialistas estão decididas a que os novos Estados se desenvolverão pelo caminho capitalista, como os fornecedores das necessidades vitais do imperialismo, a fonte de seus superlucros”

Kwame Nkrumah (1965, p,64)

RESUMO

Este trabalho analisa a evolução das estratégias de dominação global, desde o imperialismo tradicional, fundamentado na colonização e exploração explícita, até o surgimento do "imperialismo verde", caracterizado pela utilização da retórica ambientalista para instruções de práticas de controle econômico e político sobre países periféricos. Com base no conceito de imperialismo desenvolvido por Lênin, investiga-se como o discurso de sustentabilidade tem sido instrumentalizado para manter relações de exploração, especialmente em nações ricas em recursos naturais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise crítica, utilizando como estudo de caso a República Democrática do Congo (RDC). Com destaque para o cobalto, mineral essencial para a transição energética global, o trabalho menciona como as reservas da RDC são alvo de intervenções externas que reforçam a dependência econômica e intensificam os impactos socioambientais. Os resultados evidenciam as contradições entre a retórica de sustentabilidade imposta por potências hegemônicas e grandes corporações, e as práticas predatórias que aprofundam desigualdades globais e comprometem a soberania de nações periféricas. Conclui-se que o imperialismo verde configura uma reconfiguração do imperialismo tradicional, instrumentalizando o discurso ambientalista para perpetuar desigualdades estruturais e exploração global.

Palavras-chave: Neocolonialismo, Imperialismo Verde, Sustentabilidade, República Democrática do Congo, Dominação Global.

ABSTRACT

This study examines the evolution of global domination strategies, from traditional imperialism, grounded in colonization and explicit exploitation, to the emergence of "green imperialism," characterized by the use of environmentalist rhetoric to guide practices of economic and political control over peripheral countries. Based on Lenin's concept of imperialism, the research investigates how sustainability discourse has been instrumentalized to sustain exploitative relationships, particularly in nations rich in natural resources. The research adopts a qualitative approach, grounded in bibliographic review and critical analysis, using the Democratic Republic of the Congo (DRC) as a case study. Highlighting cobalt, a mineral essential for the global energy transition, the study explores how the DRC's reserves are targeted by external interventions that reinforce economic dependency and intensify socio-environmental impacts. The findings reveal the contradictions between the sustainability rhetoric imposed by hegemonic powers and large corporations, and the predatory practices that deepen global inequalities and undermine the sovereignty of peripheral nations. It concludes that green imperialism represents a reconfiguration of traditional imperialism, instrumentalizing environmentalist discourse to perpetuate structural inequalities and global exploitation.

Keywords: Neocolonialism, Green Imperialism, Sustainability, Democratic Republic of the Congo, Global Domination.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A África em 1880, em vésperas da partilha e da conquista	24
Figura 2 – A África de 1914	25
Figura 3 - Desmatamento relacionado ao gado no estado do Mato Grosso, Brasil	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção de Cobalto na RDC, 2021

56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IFI	Instituições Financeiras Globais
OMC	Organização Mundial do Comércio
RDC	República Democrática do Congo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A EVOLUÇÃO DO IMPERIALISMO: DA CONFERÊNCIA DE BERLIM A ATUALIDADE	17
1.1 Conferência de Berlim	23
1.2 Neocolonialismo	26
2 INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	32
2.1 FMI	37
2.2 Banco Mundial	39
2.3 Organização Mundial do Comércio	42
3 O IMPERIALISMO VERDE E SUAS IMPLICAÇÕES	45
3.1 Sustentabilidade retórica e prática predatória	48
3.2 Imperialismo verde: estudo de caso da RDC	53
3.2.1 Breve história da República Democrática do Congo	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é investigar como as estratégias de dominação global evoluíram do imperialismo tradicional, marcado pela colonização e exploração explícita, para o chamado "imperialismo verde", que utiliza o discurso de sustentabilidade e conservação ambiental como ferramenta de controle econômico e político sobre nações e recursos naturais.

Muito se fala sobre desenvolvimento sustentável, mas pouco se menciona sobre como se dá esse processo, por esse motivo o termo "Imperialismo Verde" está sendo utilizado para explicar o que há por trás de todo esse debate sustentável. O Imperialismo Verde utiliza o discurso da sustentabilidade e da transição energética para justificar suas ações, porém, na prática, resulta em uma nova forma de dominação e exploração dos países que se encontram na periferia do sistema capitalista. Enquanto países detentores de tecnologias se beneficiam das melhorias na qualidade de vida e na redução da poluição, países periféricos enfrentam a superexploração de seus recursos naturais, sem desfrutar dos benefícios dessa transição. Essa contradição entre os discursos de sustentabilidade e as práticas de exploração evidencia as complexidades e desafios enfrentados pelos países dependentes em resistir ao domínio imperialista.

Autores como Ben Redley, David Harvey e Elmar Altvater, abordam essa questão do esgotamento ambiental e da espoliação em razão da manutenção do estilo de vida de acumulação, a qual finge estar em processo de transformação sustentável. Redley (2023) afirma que o imperialismo verde é uma estratégia das grandes corporações do sistema capitalista de monopólios, originárias das potências hegemônicas, com o objetivo de controlar e explorar territórios vulneráveis, muitas vezes sob a fachada discursiva de "ambientalizar" a economia global, independentemente da verdadeira sustentabilidade desse processo.

Esta análise se faz importante, pois é através dela que se pode observar como a dominação imperialista se reinventa ao longo do tempo, adaptando-se às transformações globais em curso. Assim, será possível entender como se dá a dinâmica entre Metrópole e Colônia com todos seus aspectos contemporâneos, evidenciando as semelhanças e evoluções entre as formas de dominação do passado com as atuais.

Outro ponto relevante a ser desenvolvido são os impactos de tais explorações sobre esses países e o que essa dominação reflete na realidade das populações. Como recorte para melhor aprofundar essas temáticas, o trabalho irá realizar um estudo de caso do imperialismo verde na República Democrática do Congo, país esse que sempre esteve à margem das explorações externas, devido, principalmente, às suas riquezas naturais. O minério da vez, que se faz popular pela sua grande utilização na fabricação de baterias de lítio, que por sua vez são produtos essenciais para a “economia verde”, é o cobalto. Para a infelicidade dos congoleses, o território da RDC detém 60% de todas as reservas mundiais desse minério, tornando o país alvo de invasões externas visando a mineração e o controle das minas.

Essa pesquisa busca apresentar uma incoerência importante no debate sobre desenvolvimento sustentável ao analisar criticamente o conceito de "Imperialismo Verde". Enquanto o discurso global sobre sustentabilidade e transição energética ganha cada vez mais destaque, há uma necessidade urgente de compreender como esse processo está sendo desenvolvido. A utilização do termo "Imperialismo Verde" oferece um estudo que pode examinar como os países periféricos são impactados por estratégias que, apesar de se apresentarem como soluções ambientais, perpetuam relações de dominação e exploração.

O estudo de caso da República Democrática do Congo proporciona um ótimo exemplo para analisar empiricamente os impactos do Imperialismo Verde em um contexto real. Como um país historicamente marginalizado e rico em recursos naturais, como o cobalto, a RDC faz parte das nações periféricas que são alvos de exploração em nome do desenvolvimento sustentável. Ao investigar as práticas de mineração e controle das minas de cobalto na RDC, este estudo contribuirá para uma compreensão mais ampla das implicações do Imperialismo Verde para as populações locais e para o debate global sobre “economia verde”.

Portanto, esta pesquisa é justificada pela necessidade de olhar como um todo as transformações que ocorrem entre as complexas relações entre desenvolvimento sustentável, dominação imperialista e impactos socioambientais, bem como pela importância de evidenciar as contradições entre os discursos globais de sustentabilidade e as realidades das populações afetadas por essas práticas.

Para que seja possível compreender a dinâmica do imperialismo verde, é importante uma recapitulação histórica acerca do imperialismo tradicional e suas origens, existem diversas obras de diferentes autores com diversas perspectivas, no

entanto, para direcionar a análise deste trabalho, o conceito de imperialismo será pautado pela obra “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, de Vladimir LENIN¹, isso porque, além de se tratar de um clássico e apresentar uma profunda análise do sistema capitalista e sua evolução até o imperialismo, a perspectiva leninista apresenta o colonialismo africano como parte dessa transformação imperialista, ponto central no cenário deste trabalho, que também busca apresentar os impactos do atuais do imperialismo nesse continente.

Após a retomada do conceito original de imperialismo, o trabalho partirá para a reflexão sobre a construção do conceito de imperialismo em suas formas “sustentáveis”, como se trata uma ramificação recente ainda pouco explorado, se fez necessário utilização de conteúdos mais atuais, esses por sua vez, se encontram principalmente em formatos de artigos, edições de revistas acadêmicas e monografias.

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro uma breve apresentação do tema, objetivos e dos procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa. No segundo foi realizado uma abordagem resumida da evolução do imperialismo desde a conferência de Berlim até suas atuais ferramentas de dominação, como as instituições financeiras internacionais. Já no terceiro capítulo, se relacionado as análises do capítulo anterior com as perspectivas do imperialismo verde, de início será apresentado o conceito e suas principais definições, a partir disso o República Democrática do Congo será utilizada para exemplificar toda a dinâmica anteriormente apresentada. Por fim, no quarto capítulo foram apresentadas as considerações finais do trabalho, que são evidenciar as continuidades e transformações nas estratégias de dominação global, destacando como o imperialismo verde surge como uma evolução do imperialismo tradicional, instrumentalizando a retórica ambientalista para perpetuar a exploração econômica e o controle político de regiões ricas em recursos naturais, particularmente nos países do Sul Global.

O motivo da escolha dessa discussão foi o desejo de compreender as verdadeiras implicações do discurso sustentável que tem ganhado espaço no debate

¹ Vladimir Lenin: a obra “Imperialismo: fase superior do capitalismo” foi publicada em 1917, onde Lenin destaca como a concentração de monopólios e as instituições financeiras elevaram o capitalismo a um novo estágio, o imperialismo. Lenin demonstra essa perspectiva através da partilha do continente africano pelos maiores países imperialistas do século XX.

internacional. Diante das promessas de um futuro mais ecológico e socialmente justo, conduzidas por Conferências e encontros de líderes mundiais, surgiu o questionamento da legitimidade dessas práticas, se elas realmente cumprem o objetivo de reduzir os impactos ambientais e sociais ou se, na prática, acabam funcionando como estratégias para a geração de lucros por grandes corporações e potências hegemônicas. Investigar essas contradições tornou-se um propósito pessoal, motivado pela necessidade de desmistificar a retórica ambientalista e entender de que forma ela impacta as populações vulneráveis e os países periféricos. Este trabalho, portanto, reflete minha busca por respostas sobre a eficácia e as intenções por trás da sustentabilidade como ferramenta de transformação ou perpetuação de desigualdades.

1 A EVOLUÇÃO DO IMPERIALISMO: DA CONFERÊNCIA DE BERLIM A ATUALIDADE

Esse capítulo, busca apresentar a evolução do imperialismo levando em consideração o corte temporal de 1884 - ano em que ocorreu a Conferência de Berlim - até seus efeitos na contemporaneidade. Esse período, marcado principalmente pela partilha do continente africano entre os principais impérios europeus, serve como base para demonstrar as formas com que o imperialismo conduz e domina os países que se encontram às margens do capitalismo. Esse período também será utilizado para guiar, cronologicamente, a evolução das ferramentas imperialistas para a manutenção da exploração dos países que se mantiveram nessa posição dependência, mesmo que no cenário internacional sejam identificados como “nações livres”.

Ao discutir o conceito de imperialismo e suas ramificações na contemporaneidade, é essencial compreender alguns fundamentos básicos. Até chegar ao termo “imperialismo”, na forma que se conhece atualmente. A palavra assumiu diversos significados ao longo da história, os primeiros registros do uso desse termo vieram da França, sendo utilizado para se referir ao período napoleônico. Com o tempo e a apropriação da palavra por intelectuais ingleses, o termo foi ressignificado, sendo empregado para exaltar as expansões britânicas e seus feitos “civilizatórios” ao redor do mundo, para MARIUTTI (2013, p.4)

O primeiro quartel do século XX representou a culminação deste processo: é neste período que surgiram as primeiras “teorias do imperialismo”, que formaram as matrizes de uma discussão que se prolongou por várias décadas. A proliferação destes estudos está intimamente ligada à nítida intensificação da rivalidade entre as nações qualificadas de imperialistas que marcou o período 1870-1914.

É então, que a partir desse momento o termo imperialismo é aplicado para representar ações de dominação por parte de países europeus industrializados sobre as demais regiões do globo.

Mas, além das motivações políticas e econômicas que o capitalismo utiliza para se expandir a níveis imperialistas, Edward Said (2011), procura trazer uma perspectiva cultural para essas motivações, ao dizer em sua obra “Cultura e Imperialismo”, que os movimentos imperialistas então inevitavelmente ligados a cultura presente em cada país, para o autor;

[...] o empreendimento imperial depende da ideia de possuir um império, [...], e numa cultura fazem-se preparativos de toda espécie para isso; aí o imperialismo, por sua vez, adquire uma espécie de coerência, forma um conjunto de experiências, com a presença tanto do dominante quanto do dominado dentro da cultura (SAID, 2011, n.p)

Assim, o imperialismo possui raízes mais profundas do que apenas as relações entre política, economia e força armada, ele está presente também na forma de pensar e conduzir a “colonização” dos novos territórios a serem explorados.

Apesar das diversas vertentes que analisam o imperialismo, essa pesquisa terá como base a perspectiva leninista, a qual observa o imperialismo como um fenômeno caracterizado pela ampla exportação de capital, impulsionada pela concentração monopolista do mercado, ou seja, o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo, e é justamente essa análise de conjuntura histórica da dominação e exploração iniciada com a fase imperialista do capitalismo, principalmente em relação aos impérios europeus estabelecidos nos países africanos, que faz com que essa perspectiva seja a mais adequada.

Essa concentração, somada ao capital financeiro, impulsionou a política colonial, que por sua vez, busca sustentar a superprodução por meio da exploração e dominação de territórios ricos em recursos naturais e mão de obra.

Para Lênin (2010), quanto mais o sistema capitalista se desenvolve, mais se faz necessário a extração de matérias-primas do seu meio natural, como consequência, existe um aumento na concorrência entre as grandes nações para a conquista de territórios com solos ricos e férteis, os quais quando conquistados, são chamados de colônias. Além disso, é essencial que exista no sistema capitalista uma relação de dependência entre os países fornecedores de matéria-prima com os países detentores da tecnologia de produção industrial. Segundo Lenin,

Enquanto o capitalismo for capitalismo o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o exterior, para os países atrasados (LENIN, 2010, p.62)

Essa exportação de capitais ao exterior que o autor menciona, se deve ao fato de que os países atrasados, como ele coloca, a princípio, não capitalistas, são um grande mercado de mão de obra barata e matérias primas necessárias para o sistema de produção industrial. Mesmo que geralmente esses países explorados se encontrem geograficamente distantes do capital e do consumidor, ainda oferecem taxas de lucros maiores que as da produção industrial interna dos países capitalistas. Outra perspectiva relevante a ser analisada é a do autor Samir Amin (2005), que busca demonstrar que a expansão global do capitalismo, em todo os momentos, foi

imperialista e seguirá dessa forma enquanto o sistema global for baseado na acumulação de capital,

Seguindo esse pensamento de exportação de capital, o autor Emery Kay Hunt, afirma que o capitalismo, seja ele em qual fase estiver, sempre foi e sempre vai ser, um sistema econômico internacional, pois a acumulação de capital somente é possível com a exploração de outros países. Segundo o autor, “Os principais países capitalistas industrializados subjugavam áreas em todo o mundo brutalmente e pela força para dar lucro real ou potencial a empresas gigantescas” (HUNT, 2013, s/n).

Nesse sentido, percebe-se que nessa fase imperialista do capitalismo, o contexto internacional se faz essencial para seu desenvolvimento, com isso novos padrões de dominação são estabelecidos. Segundo ARAÚJO (2011)

[...] as nações imperialistas possuíram os seguintes objetivos ao longo do seu avanço sobre a periferia do sistema capitalista. [2]ao final do século XIX e início do século XX: emigração da população excedente (caso dos europeus), conquista de mercados consumidores, áreas para o investimento de capital financeiro excedente e busca de matérias-primas baratas. (ARAÚJO, 2011, p.2)

Essa dinâmica histórica, pode ser observada na partilha do continente africano entre as principais potências capitalistas durante o século XIX. Nessa análise, percebe-se que a relação entre Metrópole e Colônia desempenha um papel essencial no desenvolvimento do capitalismo monopolista. Para Samir Amin (2005), essas invasões aos territórios africanos caracteriza o segundo momento da devastação imperialista, a qual tinha a intenção de “abrir” os mercados e extrair as reservas naturais de matérias primas, que se encontram nesses locais.

O Congo-Kinshasa, mais conhecido pela comunidade internacional como República Democrática do Congo, a qual, por consequências da Conferência de Berlim (1884-1885), se tornou uma colônia da Bélgica, e pode ser utilizado como uma grande demonstração da dinâmica mencionada. Nesse período, Leopoldo II, era quem ocupava a posição de rei da Bélgica, e o mesmo se alegrava muito em ter o Congo como sua propriedade privada, tal satisfação é explicada pelas grandes riquezas do território:

[...] as terras do Congo ofereciam grandiosa diversidade de clima e vegetação, que, além de proporcionar amplo desenvolvimento agrícola, revelava o quanto o Congo era uma colônia produtiva. No entanto, o seu potencial em riquezas naturais completava-se por possuir um subsolo rico em minérios de Sul a leste.¹²⁶ Os principais minérios eram: o carvão, na província do Katanga; o diamante; o mineral pechblenda, que contém o dióxido de urânio, e também de onde é extraído o rádio na Katanga; o ouro

no Haut Uele; o estanho, sob a forma de dióxido de estanho na Katanga e no Kivu; o cobre e o cobalto. (NASCIMENTO, 2015, p.47-48)

Tais características geográficas e naturais são desejadas por nações imperialistas, ainda mais para uma que ainda estava lutando por um espaço entre as grandes potências industriais da época, como Inglaterra e França, que eram muito mais desenvolvidas em termos econômicos, do que a Bélgica.

Dessa forma, percebe-se que as relações entre colônia e metrópole, sempre foram marcadas por ações coercitivas e dominantes, e que se analisadas, ainda estão presentes nos atuais contextos dos países que anteriormente eram colônias de nações europeias, como a RDC.

Para uma compreensão mais profunda dessas interações, a Teoria da Dependência proporciona uma valiosa análise sobre essa dinâmica. Vânia Bambirra (2013), ao abordar o conceito de dependência, ressalta a condição na qual um grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual está submetida, o que reflete exatamente as relações coloniais do século XIX, mencionadas acima.

Essa dependência, com o passar das décadas e com o acelerado desenvolvimento industrial, se intensificou e ganhou novos recursos, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial, onde o maior agente nesse cenário eram os Estados Unidos, ascendendo como a nova hegemonia do sistema capitalista, impulsionando a expansão dos monopólios, especialmente nos países que já se encontravam nessas condições de dependência.

Na nova fase imperialista, os investimentos assumem uma nova complexidade, indo além da exploração de recursos naturais e mão de obra. Agora, o objetivo é também influenciar os sistemas políticos dos países dependentes, particularmente nos setores manufatureiros.

Bambirra (2013) destaca a significativa implementação de investimentos no setor manufatureiro como uma das principais intervenções estrangeiras na política dos países dependentes. Esses investimentos são possíveis por meio da redução de barreiras fiscais, o que não apenas facilita a entrada de capital estrangeiro, mas também simplifica a repatriação dos lucros das empresas para seus países de origem. Essas ações são muitas vezes justificadas sob o discurso de integrar os países explorados ao sistema econômico liberal.

No entanto, para manter esse controle, políticas repressivas de trabalho são frequentemente adotadas, evidenciando uma característica marcante da nova forma de dominação imperialista do capitalismo. Assim, torna-se evidente que os países dependentes, que já não possuíam estrutura política e econômica para se recuperarem das dominações coloniais, agora enfrentam novos desafios significativos para reagir e resistir a essa forma de dominação atual.

Outro fator relevante para compreender essa situação de dependência é novamente a abundância de matérias primas nesses países, a qual é característica essencial quando se pensa em desenvolvimento econômico. As grandes riquezas ambientais desses países periféricos, ao invés de proporcionarem melhores condições de vida para a população local, se transformam em um instrumento de dominação externa.

Isso se deve à sua crescente integração subordinada ao sistema capitalista global de monopólios, impulsionada pela concorrência de tais recursos. No entanto, em vez de desfrutarem de uma posição de destaque, esses países frequentemente assumem o papel de nações submissas e exploradas.

Nesse sentido, entende-se que,

[...] a questão ambiental é utilizada como mecanismo estrutural de dominação e de monopolização ou controle do capital. Enquanto fatores de curto prazo podem ser citados como a questão de importação tecnológica ou de estrangulamento comercial, que também forçam a disparidade sistêmica, a relação simbiótica e de constante transformação mútua entre sociedade e natureza pode ser vista como um fator de médio prazo que também é um pilar sustentador do imperialismo. (MEDEIROS e RIBEIRO, 2021, p.147)

Para compreender esse novo modelo de dominação, o qual tem como peça central o controle das fontes de matérias primas e como essas devem ser utilizadas, se estabeleceu, na contemporaneidade, o termo “Imperialismo Verde”. Para Redley (2023), o imperialismo verde significa

[...] as maneiras pelas quais o grande capital e as potências hegemônicas buscam controlar e gerar lucro a partir do território econômico fora de suas fronteiras nacionais sob o estandarte discursivo de 'verdejar' a economia global (independentemente de quão verde ou não seja esse processo). (REDLEY, 2023, p.324, tradução nossa)

Dessa forma, entende-se que com “verdejar a economia”, o autor faz referência ao crescente movimento de transição energética que o mundo atualmente se encontra, com metas de descarbonização da economia, no entanto, é nesse processo que surge uma grande contradição. No trecho mencionado, o autor destaca de

maneira crítica que o conceito de "sustentabilidade" e "economia verde" parece ser aplicável apenas aos países tecnologicamente desenvolvidos. Isso se explica, pois, por um lado, observa-se a substituição de equipamentos convencionais por alternativas menos poluentes e uma melhor qualidade de vida; por outro, tem-se a superexploração de recursos naturais para viabilizar essa transição.

1.1 Conferência de Berlim

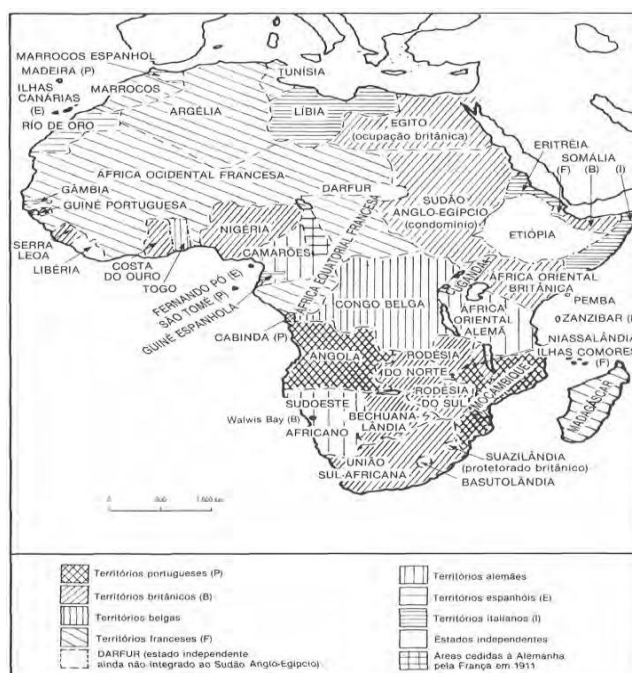
A conquista de territórios com grandes reservas de matérias-primas é essencial para a manutenção do sistema capitalista de monopólios, consolidado pelo imperialismo, como anteriormente mencionado. Nas palavras de FOSTER (2012, p.88), “O capitalismo inicia-se como um sistema de usurpação da natureza e da riqueza pública”, as quais são utilizadas para suprir os crescentes desejos consumistas dos seres humanos”.

Para que um Estado seja classificado como desenvolvido economicamente, segundo os moldes capitalistas, é necessário que exista um sistema de industrialização que siga, entre outros aspectos, os princípios da mais-valia e da superexploração da natureza. Esta, por sua vez, é tanto fornecedora de matérias-primas para as indústrias quanto receptora de seus rejeitos. O modelo capitalista de industrialização requer a existência de nações exploradas e semi-industriais para sustentar as nações desenvolvidas, o que torna essa dinâmica essencial ao sistema (ALTVATER, 1995).

A necessidade de manter essa divisão capitalista entre países desenvolvidos e explorados explica a forma violenta com que as colônias foram controladas econômica e politicamente. Harvey (2013) aponta, citando Marx em O Capital I, que essa coerção colonial ocorre por meio da privatização da terra, da expulsão e eliminação dos direitos dos nativos, da exploração forçada da mão de obra local e de processos imperialistas de apropriação de ativos, como recursos naturais.

Lênin (2010) observa que o imperialismo em sua fase monopolista está profundamente interligado com a partilha do mundo, o maior exemplo é a repartição da África entre as potências europeias durante a Conferência de Berlim (1884-1885). O final do século XIX e o início do século XX marca o ponto de partida das invasões europeias no continente, mas as iniciativas começaram anos antes, entre 1876 e 1880, quando Estados europeus, como a Bélgica, sob comando de Leopoldo I,

FIGURA 2 - A África de 1914



Fonte: SILVÉRIO (2021, p.342)

O primeiro mapa demonstra o continente africano por volta dos anos de 1880, às vésperas da conferência de Berlim, nesse caso percebe-se que a atuação europeia no território se concentra basicamente na zona costeira e mais ao norte, principalmente em decorrência do canal de Suez e do Egito, que já se encontrava na condição de colônia britânica.

Já o segundo mapa indica que nesse curto período da história, entre a 1876 a 1914, o território africano foi dominado e redefinido em cerca de quarenta colônias definidos na Conferência de Berlim, esse processo não apenas destruiu a soberania dos povos locais, que foram obrigados a abandonar seus próprios modelos de governança, mas também houve um apagamento das culturas e tradições das inúmeras tribos originárias. As principais formas de anexação dos territórios após a Conferência eram: acordos entre líderes africanos e europeus e acordos apenas entre os impérios europeus (BOAHEN, 2010).

Em geral, esses acordos resultavam na renúncia da soberania do líder africano ou na proibição do mesmo em realizar acordos com outras metrópoles. Assim que finalizado o acordo, os territórios eram anexados ou transformados em protetorados, no entanto, esse processo apenas seria reconhecido se nenhuma outra nação europeia fosse contrária a ele (BOAHEN, 2010).

Após os acordos, a soberania local foi em grande parte removida pela força militar. As comunidades nativas resistiram às invasões, mas o poder militar europeu, muito superior, facilitou a colonização. Para SILVÉRIO (2021, p.345)

Em 1902 a conquista estava quase concluída. Foi uma história particularmente sangrenta. O devastador poder de fogo da metralhadora Maxim e a relativa sofisticação da tecnologia europeia devem ter significado uma experiência amarga para os africanos. Mas, embora a conquista da África pela Europa tenha sido relativamente fácil, o mesmo não se pode dizer da ocupação e instalação da administração europeia.

Outro aspecto relevante destacado pelo autor é a questão da manutenção da ocupação territorial após a conquista inicial. Embora a ocupação tenha ocorrido relativamente de forma simples para os europeus, apesar da resistência e do derramamento de sangue africano, o verdadeiro desafio foi a preservação dessa dominação. Para garantir o controle sobre os territórios conquistados, foram nomeados administradores coloniais, que reestruturaram as políticas dos territórios africanos de modo a favorecer os interesses imperiais.

Assim, as riquezas naturais foram sistematicamente exploradas pelas companhias europeias, concentrando o controle econômico nas mãos das potências coloniais — políticas essas que ainda operam mesmo após o processo de independência dessas colônias.

1.2 Neocolonialismo

Além da busca por poder e riqueza por parte dos impérios europeus, existem outras motivações que conduziram tamanha desumanidade e barbárie, como demonstrado anteriormente. Pode-se relacionar dois contextos simultâneos, o avanço das revoluções industriais, principalmente da segunda (1850-1945), isso porque a necessidade de matérias-primas, como carvão, ferro e, posteriormente, petróleo, tornou-se presente com a expansão industrial europeia. Tal exigência explica o interesse crescente por territórios externos ricos nesses recursos, sobretudo em regiões da África e da Ásia.

O segundo contexto seria o processo de transição do capitalismo monopolista para o capitalismo financeiro entre o final do século XIX e início do XX. Para Lenin, “o século XX assinala, pois, o ponto de transformação do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro” (2010, p.46). Isso marca um novo momento para a dominação imperialista: a integração entre

o capital industrial e as instituições financeiras, que passam a cooperar com o objetivo único de acumulação de capital.

É nítido que o capital financeiro tem por objetivo maior a expansão de territórios, tanto para novas fontes de matérias primas, quanto para a inversão de excedentes de capital - excedente esse produzido pelo avanço da tecnologia industrial, dessa forma, o autor destaca que,

Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não-aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral. (LENIN, 2010, p. 82)

Salienta-se o trecho onde é mencionado que o mais importante para essa fase do capitalismo são as matérias primas “possíveis”, ou seja, as que estão além das fronteiras europeias, e que antes não eram consideradas relevantes, sendo esse mais um motivo da necessidade de expansão territorial. LENIN (2010) indica que existem algumas variações nesses instrumentos de conquistas e exploração, pois além das tradicionais colônias submetidas às políticas diretas de dominação, também é utilizado uma outra categoria denominada “semicolônias”, em outras palavras, países independentes, mas que estão “envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática” (p.84).

Esse modelo de controle, intitulado como “neoliberalismo”, baseia-se principalmente no capital financeiro oferecido pelas potências imperiais para fomentar investimentos internos nos países “subdesenvolvidos”. Para obter esses recursos, esses países se veem obrigados a atender aos interesses das nações credoras, o que gera um processo de dependência - aqui também cabe a teoria da dependência, apresentada anteriormente - que, embora se manifestasse por meios 'burocráticos' e aparentemente não violentos, reproduz as dinâmicas de dominação típicas do colonialismo tradicional. Essas práticas de neocolonialismo se intensificaram com a onda de independência das colônias africanas, principalmente com o fim da segunda grande guerra (1945) e posteriormente a Conferência de Bandung, em 1955.

A Conferência de Bandung, ocorrida em 1955, na Indonésia, reuniu vinte e nove países africanos e asiáticos, e teve por objetivo denunciar a hostilidade do ocidente sobre os países recém independentes e constituir uma aliança contra as ações

neocolonialistas europeias, que agora eram guiadas pela política externa dos EUA. Por definição,

Ao se apresentarem como uma frente unida contra as ambições imperiais europeias, denunciando a continuidade de seus interesses coloniais e sinalizando uma postura ativa contra essas ambições, as nações de Bandung promovem também um relativo distanciamento entre os interesses norte-americanos e europeus, levando os EUA a reafirmar seu compromisso histórico com a descolonização ou pelo menos, a considerar com mais cuidado os interesses de determinadas nações do Terceiro Mundo antes de se lançar em empreitadas neocoloniais. (GOMES, 2023, p.25)

Nesse sentido, para N`Krumah² (1967, np),

a essência do neocolonialismo é que o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional. Na realidade, seu sistema econômico e, portanto, seu sistema político é dirigido do exterior

Dessa forma, o neocolonialismo não se dá apenas pela força bélica — que ainda constitui uma das formas de dominação —, mas principalmente pela imposição de meios econômicos e políticos. N`Krumah menciona a coerção das ex-colônias a comprarem produtos manufaturados dos países imperialistas, além da infiltração de funcionários alinhados às políticas neocoloniais nos governos desses Estados, direcionando as políticas conforme os interesses das metrópoles. Além disso, o neocolonialismo também se infiltra na cultura dos povos explorados, buscando tornar o explorado um apoiador da destruição de sua própria nação (BARBOSA, 2011).

O neocolonialismo, ou nova ordem, se estruturou com estratégias distintas das do imperialismo tradicional. Como mencionado, a dominação passou a ser imposta principalmente por influências econômicas e políticas. No âmbito econômico, o neocolonialismo encontra paralelo nos ideais neoliberalistas, uma vez que as políticas neoliberais visam perpetuar a dependência econômica das nações em desenvolvimento em relação aos centros capitalistas. Sob o discurso de abertura de mercado e privatizações, essas políticas fragilizam a soberania dos Estados, permitindo que multinacionais acessem e explorem seus territórios e recursos naturais com mais facilidade.

² Kwame Nkrumah: foi um líder político africano e um dos fundadores do panafricanismo. Presidente de Gana entre 1960 e 1966. Mais informações em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Kwame_Nkrumah

Diversos agentes impulsionam políticas de dominação em conjunto com o neoliberalismo, entre os quais, segundo David Harvey, destaca-se a presença de um Estado forte, pois

A acumulação do capital por meio da troca de mercado fixadora de preços floresce melhor no âmbito de certas estruturas institucionais da lei, da propriedade privada, do contrato e da segurança da forma-dinheiro. Um Estado forte dotado de poderes de polícia e do monopólio dos meios de violência pode garantir tal arcabouço institucional e sustentá-lo com arranjos constitucionais definidos. A formação do Estado em associação com o surgimento da constitucionalidade burguesa tem sido, por conseguinte característica crucial da longa geografia histórica do capitalismo. (HARVEY, 2013, p.79)

Essa afirmação pode ser comprovada por numerosos exemplos, como a já mencionada partilha da África, em que todo o processo de "legitimação" foi conduzido pelos impérios europeus (Estados fortes), com destaque para a Conferência de Berlim.

Para entender melhor a influência do Estado nessa dinâmica, Harvey (2013) observa que, quando hegemonia, colonialismo e política liberal estão em jogo, o Estado continua sendo peça central na manutenção dessa estrutura. Além disso, a união de Estados em blocos para cooperação mútua é igualmente favorável para a disseminação das políticas capitalistas.

No entanto, o Estado não é singular na perpetuação dessa dinâmica global, os monopólios, em seus diversos setores, também constituem parte significativa nesse contexto, principalmente na área econômica.

Isso porque, governos das principais potências exercem influência desproporcional em organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, moldando políticas econômicas globais. Por meio de empréstimos condicionados a reformas estruturais, esses Estados impõem práticas neoliberais, como privatizações e cortes em subsídios sociais, que perpetuam a dependência econômica dos países subdesenvolvidos. Segundo LENIN (2010, p.53)

O capital financeiro, concentrado em muitas poucas mãos e obtendo o monopólio efetivo, alcança um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas.

Assim, os monopólios não apenas complementam o papel do Estado na consolidação do poder econômico global, mas também exercem uma influência direta sobre ele, criando uma interdependência que favorece a perpetuação da estrutura oligárquica. Essa interligação entre o Estado e os grandes conglomerados financeiros

resulta em políticas econômicas e fiscais que beneficiam prioritariamente uma elite monopolista, gerando uma relação de dependência econômica nos países periféricos.

Para Harvey (2013), os imperialistas utilizam estratégias espaciais para desenvolver e manter os poderes do monopólio, independentemente de onde estejam, isso porque essas estratégias espaciais se referem ao controle de localizações com recursos essenciais para a existência do monopólio e é nesse contexto de “estagnação geográfica” que se formam políticas imperialistas em Estados “livres”. Outra estratégia de preservação dos monopólios mencionada pelo autor é a centralização do capital, a qual é alcançada pela predominância do poder financeiro na economia global.

O poder financeiro e suas instituições, como menciona Lenin, estabelece-se como um mecanismo de controle, que não apenas restringe a autonomia econômica dos Estados com “recursos essenciais”, mas também reforça a imposição de tributos indiretos sobre a sociedade, canalizando recursos para os monopólios. Dessa forma, o sistema econômico global passa a funcionar como uma engrenagem voltada para a concentração de riquezas (capital) e poder nas mãos de poucos, alimentando um ciclo de exploração e dependência.

Nessas circunstâncias, as instituições financeiras operam como ferramentas de subordinação, projetadas com um caráter especulativo e predatório. Conforme observa Harvey, essas instituições promovem

valorização fraudulenta de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, destruição estrutural de ativos por meio da inflação, dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, mesmo em países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida (HARVEY, 2013, p.123).

Para arrematar essa análise, deve ficar claro que a atuação dos Estados nas dinâmicas neocoloniais é amplamente sustentada por mecanismos que combinam coerção econômica e dependência estrutural. Ao moldarem políticas globais e influenciarem práticas comerciais e financeiras, esses Estados asseguram a perpetuação de um sistema que privilegia o centro em detrimento da periferia. Nesse contexto, as instituições financeiras internacionais emergem como atores-chave, operando como extensões das estratégias de dominação econômica, promovendo desigualdades estruturais sob o manto de desenvolvimento econômico

A seguir, será analisado o papel dessas instituições na manutenção das assimetrias globais, destacando como suas práticas contribuem para a consolidação de um sistema econômico intrinsecamente excludente e predatório.

2 INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

As instituições financeiras internacionais, operam como ferramentas de transferência das políticas neoliberais, tem-se como exemplo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas organizações promovem reformas econômicas que atendem aos interesses das potências capitalistas, reforçando as novas formas de dominação características do neocolonialismo.

Para Harvey (2013) essas organizações internacionais, não são nada além de novos modelos de acumulação por espoliação. Todas elas mencionadas têm uma influência determinante sobre como os países em desenvolvimento são conduzidos a estruturarem suas economias e políticas internas.

Após a década de 80 o mundo se encontrava em um novo momento, o processo de globalização, o qual tinha o objetivo de reestruturar o Estado nos moldes da expansão capitalista, moldes esses guiados pelas políticas neoliberais. OLIVEIRA (2004), entende que

[...] a expressão globalização é carregada de mitos, contradições, desigualdades e complexidades. Consegue agregar com a mesma intensidade o bem e o mal; ruptura e continuidade entre o novo e o velho capitalismo. Além disso, deve-se frisar que a globalização somente conseguiu quebrar as barreiras do sistema internacional dos Estados-Nações, devido à revolução tecnológica dos sistemas de comunicação e informação, que em segundos conecta a todos. (OLIVEIRA, 2004, p. 464)

Essa dualidade evidencia que, embora promova integração e modernidade, a globalização muitas vezes perpetua desequilíbrios históricos e sociais, misturando elementos de ruptura com resquícios de antigas dinâmicas econômicas e sociais, como reflete BOND (2007, p.38) “o “investimento direto” tornou-se dívida pública nacional na era pós-colonial e as elites africanas têm transferido as reservas líquidas de sua sociedade para contas no exterior numa escala ainda maior”

Isso se dá pelas reformulações das políticas liberais, sendo chamadas agora de neoliberais, as quais defendiam uma nova divisão do trabalho e a globalização da produção, mas mantendo os traços originais de Estado mínimo, economia dominada pelo mercado financeiro, desregulamento das economias nacionais e protagonismo das agências financeiras multilaterais (OLIVEIRA, 2004)

No entanto, em países periféricos como os latino-americanos e africanos, essa movimentação para a globalização ocorreu de forma forçada, sendo estes utilizados como cobaias pelas potências capitalistas ao adotarem esse novo modelo utilizando o auxílio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Essa

transição foi essencial para o capitalismo devido à necessidade de proteger o capital privado dos investidores internacionais, sendo necessário essa reestruturação a nível global para a manutenção da hegemonia do mercado financeiro.

Oliveira destaca que,

Os países latino-americanos encontravam-se em um misto de estagnação econômica e, altos índices inflacionários, além do crescente endividamento externo, com risco de não conseguirem honrar seus compromissos com os grandes bancos internacionais capitaneados pelo FMI. Diante de tal quadro, foram impostos aos Estados latino-americanos as políticas neoliberais como condição para que fossem renegociadas suas dívidas. Portanto, a partir do pacto firmado, denominado de Consenso de Washington, os Estados periféricos assumiram o compromisso de implementar as seguintes orientações: abertura das economias nacionais aos mercados mundiais e adequação dos preços internos aos preços internacionais; priorização das exportações; políticas monetárias e fiscais voltadas para a redução da inflação e da dívida pública; constante vigilância sobre a balança de pagamentos; sistema normativo claro e inviolável sobre os direitos de propriedade privada; privatização do setor empresarial estatal; estabilização dos preços e política de juros altos; interferência mínima do Estado na economia; redução do peso das políticas sociais no orçamento do Estado. (OLIVEIRA, 2004, p.467)

Nesse sentido, percebe-se que o colonialismo, embora transformado, continua a influenciar as relações entre países periféricos e centrais no contexto da globalização. No período pós-década de 1980, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) assumiram papéis centrais em políticas neoliberais de importação para países da América Latina e África, sob a justificativa de reestruturação econômica e combate ao déficit e inflação pública. Essa dinâmica reflete uma continuidade das práticas coloniais, onde os países centrais utilizavam mecanismos de coerção para explorar os recursos e mercados. Segundo Braga,

A financeirização do capital, ou seja, o domínio do capital financeiro sobre o conjunto das atividades produtivas, redefiniu as grandes estratégias do sistema. Os ajustes estruturais das economias dependentes e a reestruturação produtiva correspondem às duas faces da mesma moeda: o neocolonialismo (BRAGA, 2000, p.56)

Em contradição com essas novas dinâmicas, Thomas Sankara, presidente de Burkina Faso entre 1983 e 1987, período em que o país já havia conquistado sua independência da colonização francesa, destacou em seu discurso de 1987 na Organização da Unidade Africana como o ciclo de dependência financeira em relação às potências imperialistas se perpetua. Diz ele:

achamos que a dívida tem que ser vista do ponto de vista de suas origens. As origens da dívida vêm das origens do colonialismo. Aqueles que nos emprestam dinheiro são aqueles que nos colonizaram antes. Eles são aqueles que costumavam administrar nossos estados e economias. Colonizadores são aqueles que endividaram a África por meio de seus irmãos e primos que eram os credores. Não tínhamos nenhuma conexão com essa

dívida. Portanto, não podemos pagar por ela. Dívida é neocolonialismo, no qual os colonizadores se transformaram em “assistentes técnicos”. Deveríamos dizer melhor “assassinos técnicos” (SANKARA, 2011)

A fala de Thomas Sankara (2011) demonstra a continuidade da dominação colonial sob uma nova roupagem, onde o neocolonialismo econômico substitui o colonialismo formal. Ao mencionar os “assistentes técnicos” e denominá-los como forma de sátira de “assassinos técnicos”, Sankara (2011) critica as instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que se apresentam como organizações de auxílio, mas na prática perpetuam a dependência dos países africanos aos interesses econômicos das potências imperialistas.

Para Sankara (2011), o sistema de dívida imposto às ex-colônias é uma extensão da exploração colonial. As dívidas contraídas, muitas vezes ainda na época da colonização ou sob regimes pós-coloniais alinhados a interesses estrangeiros, não beneficiaram diretamente os povos africanos. Ele argumenta que essas dívidas foram criadas por sistemas que já exploravam e empobreciam as nações africanas, e que o pagamento dessa dívida é uma forma de impedir seu desenvolvimento autônomo, mantendo-os presos a uma rede de obrigações financeiras que beneficia os credores estrangeiros.

A crítica ao neocolonialismo financeiro envolve o entendimento de que o controle exercido por essas instituições financeiras sobre os estados africanos acontece de forma disfarçada. Esses “assistentes técnicos” impõem políticas de austeridade, restrições fiscais e orientações econômicas que moldam as economias africanas segundo os interesses dos credores. Sob o pretexto de oferecer “assistência”, essas instituições desestruturam economias locais e perpetuam a subserviência das nações às potências econômicas, impedindo o desenvolvimento autossustentável e a autonomia política dos estados africanos.

Seu discurso sugere que o ciclo de dependência econômica é uma forma moderna de colonização. A dívida, ao invés de ser uma ferramenta de desenvolvimento, torna-se uma corrente que limita o crescimento econômico e cultural da África, permitindo que antigas potências coloniais mantenham influência e controle sobre o continente. Dessa forma, a crítica de Sankara (2011) à dívida e às instituições financeiras internacionais revela a ironia e a tragédia de um sistema global onde a independência política muitas vezes não resulta em verdadeira liberdade econômica.

Além das políticas de austeridade, o FMI e o Banco Mundial pressionaram pela privatização de setores estratégicos, como energia, transporte e saneamento. Essa privatização, muitas vezes vendida como uma solução para aumentar a eficiência, acaba favorecendo grandes empresas multinacionais. Ao invés de fortalecer as economias locais, esses processos deixam os países em desenvolvimento ainda mais dependentes do capital estrangeiro (STIGLITZ, 2002).

Para Chomsky as instituições globais mencionadas nada mais são do que o reflexo dos interesses dos impérios sobre as políticas internacionais, o autor oferece como exemplo a OMC, afirmando que,

No mundo real, então, o “novo instrumento” permite que os Estados Unidos intervenham profundamente nos assuntos internos de outros países, compelindo-os a mudar suas leis e suas práticas. Mais que tudo, a OMC tratará de assegurar que outros países “mantenham o seu compromisso de permitir que os estrangeiros invistam” sem restrições em áreas centrais de suas economias. No caso em questão, o resultado provável está bem claro: “Os óbvios beneficiários dessa nova era serão as operadoras norte-americanas, mais bem posicionadas para dominar um campo de jogo nivelado”, assinala a Far East Economic Review, além de uma outra megacorporação Grã-Bretanha-EUA. (CHOMSKY, 2004, p.40)

Mais adiante, com as mudanças no cenário imperialista global, os Estados Unidos assumiram uma posição central, especialmente após o fim da Guerra Fria, quando o presidente George Bush (1989-1993) declarou a consolidação da "nova ordem mundial" (HARDT e NEGRI, 2000). CHOMSKY (2004) afirma que os Estados Unidos:

Se beneficiaram do fato de estarem livres da disciplina do mercado para atender às necessidades dos setores avançados da indústria, geralmente por meio da transferência de fundos públicos (às vezes de forma indireta, por meio do poder monopolista, em lugar das modalidades mais diretas do sistema do Pentágono). (CHOMSKY, 2004, p.41)

Além das instituições mencionadas, os EUA, também possuem outras estratégias para a dominação, como o controle das negociações internacionais e utilização de intervenções militares, legitimadas pelo aval da ONU, perpetuando desigualdades entre países ricos e em desenvolvimento. BRAGA (2000) adiciona que as chantagens das dívidas com as instituições financeiras internacionais em conjunto com o poder bélico norte americano é uma combinação muito mais poderosa e eficiente que as ferramentas utilizadas no passado pelo imperialismo tradicional.

2.1 FMI

Como já mencionado o Fundo monetário Internacional (FMI), é peça central atualmente para a perpetuação do neocolonialismo e do sistema financeiro global, sendo uma das “soluções” da diminuição do déficit e da inflação dos países periféricos. Particularmente conhecido por condicionar seus empréstimos à implementação de políticas de austeridade foi elaborado durante a Conferência de Bretton Woods (1944), com a intenção de ajudar na reconstrução do sistema monetário internacional no pós Segunda Guerra e se manteve com o intuito de promover a cooperação econômica internacional, principalmente por meio de empréstimos aos países membros - atualmente são 188 países - que se encontrassem com a balança de pagamentos desequilibrada, como é possível perceber, a princípio essas estratégias econômicas eram voltadas apenas a países desenvolvidos que foram afetados pelas destruições da grande guerra e com o passar dos anos se transformou em uma aparato financeiro voltado as nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento.

Segundo a análise de CARVALHO (2003), o FMI foi projetado inicialmente para:

apoiar o processo de ajuste de balanço de pagamentos nos países deficitários recomendando e monitorando a aplicação de políticas de contração de demanda, que eliminassem o excesso inicial que teria dado origem ao desequilíbrio. Em função dessa inclinação a encarar desequilíbrios de balanço de pagamentos sempre como resultantes de excessos de demanda, o Fundo acabou sendo identificado com a imagem de promotor de recessões, que mantém até o presente. (CARVALHO, 2003, p.6)

Partindo paras as mudanças ocorridas desde a criação da instituição, as mais drásticas podem ser percebidas em 1980 e 1990, quando, a partir desse período o Fundo reorienta e reconstrói suas políticas de acordo com a política de ajuste para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, onde manteve seu propósito inicial de buscar o equilíbrio da balança de pagamentos, mas essas não possuíam mais uma origem específica e superficial como a guerra, mas sim originam da construção estrutural das economias desses novos “clientes”, o que sem dúvidas seria um maior desafio à instituição (CARVALHO, 2003).

As políticas de austeridade mencionadas, pautadas no neoliberalismo, são uma das condições para concessão de empréstimos pelo FMI e forçam os países que enfrentam crises econômicas a cortarem gastos públicos em áreas essenciais, como saúde, educação e programas sociais. Isso tem consequências diretas para as populações mais vulneráveis, que dependem desses serviços para sobreviver e sobre

o Estado, o qual se encontra em dívida com as instituições, elevando os níveis de pobreza e desigualdades sociais.

Além da sua função original mencionada, o FMI também adquiriu um papel de “supervisor” das economias dos países membros, quando em visitas regulares a esses países, é realizada uma inspeção sobre a situação daquela economia, apresentando os riscos e planos de ações para mitigá-los, para conhecimento internacional, é publicado um relatório de cada país. Tal exposição e uma recusa de implementar esses planos não gera consequências aos países como os EUA, um dos principais players internacionais, no entanto se a recusa parte de um país sub ou em desenvolvimento os riscos e as repercussões são maiores, isso porque investidores externos analisam quais são os possíveis risco que podem enfrentar se manterem seu capital nesses países, de acordo com os resultados obtidos pelo FMI (CARVALHO, 2003).

Na maioria das vezes, países nessa situação de vulnerabilidade não arriscam contrariar a instituição, dessa forma buscam implementar internamente as políticas sugeridas pelo Fundo, e aqui se encontra outra arma de dominação, realizando uma intervenção direta no processo de decisão da política e da economia desses países. Nesse sentido, quando o país se submete a essas “indicações” políticas do FMI é realizado dois contratos, um no qual consta todas as diretrizes e informações jurídicas do empréstimo e o outro onde não é um contrato de fato, mas sim uma declaração na qual o país recebedor descreve quais serão as políticas a serem adotadas por ele para que o objetivo de equilibrar sua balança de pagamentos seja alcançado e como, após isso, o país pretende arrecadar dinheiro para saldar o empréstimo. Segundo CARVALHO:

Essas condicionalidades são impostas pelo Fundo, mas, formalmente, não são acordos nem contratos, são oferecimentos feitos unilateralmente pelo governo tomador de recursos. Teoricamente, o FMI não tem responsabilidade sobre as políticas, porque elas são decididas pelo tomador, ainda que na prática a negociação em torno das condicionalidades seja sempre a parte mais difícil de toda a negociação do empréstimo, chocando-se, em geral, as tentativas (na maior parte dos casos, inúteis) dos tomadores de preservar alguma independência sem perder o acesso aos recursos, com a geralmente rígida postura do Fundo com relação à adoção das políticas que julga adequadas (CARVALHO, 2003, p.16).

Para HARVEY (2008), o vizinho brasileiro é um forte exemplo dessa dinâmica, o caso da Argentina em 1992, durante o governo de Carlos Menem (1989-1999). Nesse período, o país promoveu a abertura comercial e atrelou o peso argentino ao

dólar, com o objetivo de controlar a inflação e reintegrar a Argentina às atividades econômicas internacionais como uma nação democrática, após os anos de ditadura militar que haviam marcado sua história recente. No entanto, essas estratégias políticas não resultaram como o esperado, ao contrário, deixou a Argentina com sérios problemas de elevadas taxas de desemprego e aumento das dívidas externas e internas.

Nesse contexto, o FMI concedeu à Argentina um empréstimo de seis bilhões de dólares na tentativa de resgatar o país da crise. No entanto, a medida não foi suficiente para conter a fuga de capitais. Diante dessa situação, a Argentina recorreu a novos pedidos de empréstimos emergenciais, que foram negados pela instituição, perpetuando a crise e a dependência do Estado às instituições internacionais.

Conclui-se, portanto, que o Fundo Monetário Internacional exerce uma função central na manutenção das estruturas neocoloniais, operando como um instrumento de regulação do sistema financeiro global em benefício das nações centrais. Por meio da imposição de políticas de austeridade e condicionalidades econômicas, o FMI não apenas intervém diretamente nos processos de formulação política e econômica dos países periféricos, mas também perpetua as assimetrias estruturais que sustentam a dependência dessas nações. Essa atuação, apresentando sob a retórica de estabilidade econômica e equilíbrio financeiro, muitas vezes resulta no aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, evidenciando o papel da instituição como um mecanismo de controle hegemônico em escala

2.2 Banco Mundial

O Banco Mundial, desde sua fundação em 1944, desempenhou um papel central no cenário econômico global, com o objetivo declarado de promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza. Contudo, sua atuação é frequentemente criticada por promover relações de dependência entre os países em desenvolvimento e as nações desenvolvidas, configurando o que muitos autores identificam como uma forma de neocolonialismo. Este conceito, que se refere à continuidade das práticas de exploração e controle econômico após o fim do colonialismo formal, é particularmente evidente nas condições impostas pelo Banco Mundial nos seus empréstimos e programas de ajuste estrutural.

Os empréstimos concedidos pelo Banco Mundial geralmente vêm acompanhados de critérios desconhecidos como condicionalidades. Estas incluem reformas estruturais que priorizam a liberalização económica, a privatização dos serviços públicos e a redução do papel do Estado na economia. Apesar das propostas que permitem estabilizar e modernizar as economias no desenvolvimento, essas medidas resultam frequentemente em impactos sociais negativos, como o aumento da desigualdade, cortes nos gastos sociais e a intensificação da vulnerabilidade económica.

STIGLITZ (2002), ex-economista-chefe do Banco Mundial, argumenta que essas políticas, embora propostas como soluções técnicas, muitas vezes refletem interesses dos países do Norte Global, que dominam a estrutura decisória da instituição. Ao invés de promover a autonomia económica, as condicionalidades do Banco Mundial frequentemente perpetuam ciclos de individualização e subordinação a mercados globais, beneficiando empresas multinacionais e investidores estrangeiros.

Um exemplo emblemático das práticas do Banco Mundial é a sua atuação em países africanos ricos em recursos naturais. Segundo estudos de Bond (2007), os projetos financiados por instituições em setores como mineração e agricultura frequentemente priorizam o aumento das exportações em detrimento do desenvolvimento sustentável local. Isso leva ao esgotamento de recursos naturais e à gestão ambiental, enquanto os lucros são transferidos para corporações estrangeiras.

Outro caso notório é a imposição de reformas neoliberais em países subdesenvolvidos durante as décadas de 1980 e 1990. As políticas recomendadas pelo Banco Mundial, alinhadas ao Consenso de Washington, resultaram em crises sociais, como o aumento do desemprego e da pobreza, demonstrando como uma instituição historicamente favorecida por interesses externos sobre as necessidades das populações locais (HARVEY, 2008).

Nos últimos anos, o Banco Mundial tem promovido projetos associados à sustentabilidade ambiental, como programas de créditos de carbono e financiamento para energia renovável. No entanto, os críticos apontam que essas iniciativas muitas

vezes mascaram uma nova forma de exploração, conhecida como imperialismo verde. Projetos de conservação financiados por instituições ambientais em países da África e da Ásia, por exemplo, têm resultado na remoção forçada de comunidades locais, sem compensações adequadas, sob a justificativa de proteção ambiental (MARTINEZ-ALIER, 2011).

O Banco Mundial, sob o pretexto de promover o desenvolvimento, tem sido um dos principais agentes do neocolonialismo contemporâneo. Por meio de suas políticas, condicionalidades e programas, a instituição reforça relações desiguais de poder econômico, contribuindo para a perpetuação da dependência dos países em desenvolvimento. No entanto, o próprio Banco Mundial, em um de seus relatórios intitulado “Onde está a riqueza das nações?”, analisado por BOND, demonstra o esgotamento das riquezas naturais do continente africano, em decorrência das políticas neoliberais impostas ao continente, dessa forma:

o Banco conclui que alguns países são enormes perdedores via processamento para exportação. Por exemplo, segundo esta metodologia, cada um dos cidadãos do Gabão perdeu US\$ 2.241,00 em 2000, seguidos pelos cidadãos da República do Congo (-US\$ 727), Nigéria (-US\$ 210), Camarões (-US\$ 152), Mauritânia (-US\$ 147) e Costa do Marfim (-US\$ 100). Mesmo a economia mais forte do continente, a África do Sul, perdeu riqueza líquida, em grande parte, via comércio. Além de esgotamento de reservas minerais equivalentes a 1 por cento da renda nacional a cada ano, o Banco reconhece que os sul-africanos perdem florestas equivalendo a 0,3 por cento, sofrem danos de poluição ("matéria particulada") de 0,2 por cento e emitem CO₂ que causa outro 1,6 por cento de dano. No total, adicionando uns poucos outros fatores, a efetiva "poupança genuína" da África do Sul é reduzida dos 15,7 por cento oficiais para somente 6,9 por cento da renda nacional. (BOND, 2007, p.56)

Esses dados evidenciam a contradição fundamental entre o discurso do Banco Mundial sobre desenvolvimento sustentável e os impactos reais de suas políticas nos países africanos. Longe de promover a prosperidade econômica ou a preservação ambiental, essas práticas têm acelerado o esgotamento dos recursos naturais e agravado a vulnerabilidade socioeconômica das populações locais. Ao impor modelos de desenvolvimento que favorecem a exportação em detrimento da diversificação econômica interna, o Banco Mundial perpetua um ciclo de dependência e exploração, confirmando sua atuação como um instrumento de manutenção das dinâmicas neocoloniais. Essa realidade reforça a necessidade de questionar as estruturas e intenções das instituições globais, que, sob o pretexto de auxílio, continuam a beneficiar os interesses das potências hegemônicas às custas das nações periféricas.

2.3 Organização Mundial do Comércio

Já a OMC, criada em 1995, para substituir o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade - Acordo Geral de Tarifas e Comércio), tem como objetivo maior garantir um comércio justo entre as nações, no entanto possui uma estrutura que frequentemente beneficia as economias mais desenvolvidas. Enquanto os países ricos fornecem subsídios para suas indústrias e setores agrícolas, as nações mais pobres são forçadas a abrir seus mercados para produtos estrangeiros, tornando-se incapazes de proteger suas próprias indústrias emergentes (CHANG, 2002). Para HARVEY (2013, p.123) a OMC é utilizada para legitimar a “biopirataria e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas, [...] resultando na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas”

A Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995 como sucessora do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), é frequentemente apresentada como um pilar do comércio equitativo global. Contudo, sua atuação é alvo de críticas por perpetuar relações neocoloniais ao favorecer as economias mais desenvolvidas e as grandes corporações multinacionais em detrimento das economias emergentes e menos desenvolvidas. Por meio de suas regras e mecanismos de resolução de disputas, desempenha um papel crucial na manutenção de uma ordem econômica global desigual.

Embora a OMC proclame promover o comércio justo e aberto, muitos de seus acordos favorecem os países industrializados. Por exemplo, a proteção oferecida aos setores agrícolas dos países desenvolvidos, como os subsídios massivos concedidos pela União Europeia e pelos Estados Unidos, contrasta com a exigência de que os países em desenvolvimento reduzam barreiras tarifárias e subsídios. Essa assimetria cria um cenário no qual os agricultores dos países do Sul Global, desprotegidos e sem subsídios semelhantes, enfrentam dificuldades para competir no mercado internacional (BHAGWATI, 2004).

Além disso, os acordos relacionados à propriedade intelectual, como o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), impõem barreiras ao desenvolvimento tecnológico dos países menos desenvolvidos. Ao obrigá-los a adotar padrões rígidos de propriedade intelectual,

muitas vezes dominados pelas corporações do Norte Global, a OMC reforça a dependência tecnológica e econômica desses países (STIGLITZ, 2002).

Outro aspecto controverso é o sistema de resolução de disputas da OMC, que, embora formalmente igualitário, reflete as disparidades de poder econômico e político entre os países-membros. As economias menores frequentemente carecem de recursos financeiros e expertise técnicos para participar de litígios complexos, enquanto os países desenvolvidos fornecem influência direta dos resultados, utilizando equipes jurídicas robustas e recursos importantes. Como resultado, as economias do Sul Global frequentemente aceitam condições desvantajosas para evitar processos judiciais prolongados (WADE, 2003).

A atuação da OMC ilustra como as instituições globais perpetuam práticas neocoloniais por meio de mecanismos de dominação econômica e exploração de recursos. No caso da indústria têxtil, por exemplo, as cadeias globais de valor controladas por grandes empresas transnacionais se deslocam para países com custos de mão de obra mais baixos, sem garantir condições de produção dignas de trabalho ou transferir parte significativa dos lucros para as economias locais. Assim, contribui para manter estruturas de dependência econômica que beneficiam o Norte Global (CHANG, 2003).

A Organização Mundial do Comércio é um exemplo paradigmático de como as instituições internacionais podem atuar como agentes do neocolonialismo. Suas regras, acordos e mecanismos de resolução de disputas refletem e reproduzem as desigualdades estruturais do sistema econômico global, consolidando o poder das economias mais ricas sobre os países em desenvolvimento.

Sendo assim, com essas breves apresentações sobre três importantes e poderosas instituições financeiras, fica claro que essas são as grandes disseminadoras da política neoliberal estadunidense e de seus valores para o mundo. Além disso, as exigências impostas por essas instituições, que incluem privatizações e abertura econômica, frequentemente envolvem a entrega também de recursos naturais a empresas estrangeiras em troca de rompimento da dívida ou investimentos diretos.

3. O IMPERIALISMO VERDE E SUAS IMPLICAÇÕES

O objetivo desse capítulo é, após todas as reflexões a respeito da evolução do imperialismo e sua perpetuação na história, se adaptando a diferentes contextos, demonstrar como o discurso sustentável pode também ser utilizado como uma de suas ferramentas para a perpetuação do neocolonialismo. Para basear essa análise, o capítulo explorará as origens do conceito, suas manifestações contemporâneas e os desafios que ele representa para a soberania dos países explorados, oferecendo uma análise crítica sobre as implicações.

O conceito de "imperialismo verde" surge como crítica para desvendar as contradições do discurso ambientalista global, pois assim como o imperialismo colonial justificava o genocídio e a invasão de territórios sob uma bandeira de "missão civilizatória", o imperialismo verde utiliza-se do discurso ambiental e de preservação para dominar os recursos naturais de países que anteriormente foram colônias e que agora se encontram novamente à margem do desenvolvimento internacional.

Num momento em que as crises climáticas e ecológicas são discutidas amplamente, práticas de exploração predatória permanecem enraizadas, agora justificadas pela retórica da sustentabilidade. Isso reflete a reconfiguração das dinâmicas imperialistas, em que o controle de recursos estratégicos naturais é perpetuado sob o manto de iniciativas de "desenvolvimento sustentável" e transição energética.

O termo "imperialismo verde", ainda com poucos estudos acadêmicos, encontra suas primeiras menções sistemáticas na análise crítica de como as políticas de conservação ambiental podem servir a interesses econômicos globais. Vandana SHIVA (2003), um grande nome do ativismo ambiental da Índia, em seu trabalho "Monoculturas da Mente", argumenta que "as políticas ambientais impostas pelo Norte frequentemente transformam as práticas tradicionais de manejo da terra em crimes ambientais, enquanto promovem intervenções que beneficiam corporações transnacionais". Essa perspectiva destaca como iniciativas de conservação muitas vezes mascaram a apropriação de terras e recursos no Sul Global, legitimadas por instituições internacionais e ONGs que representam interesses do Norte Global.

Como já mencionado, o imperialismo e o neocolonialismo têm se adaptado ao longo do tempo, assumindo novas formas de dominação que se adequam aos contextos históricos e econômicos contemporâneos. Nesse sentido, conforme aponta Dias, o imperialismo verde manifesta-se por meio de estratégias específicas, que incluem:

Os novos mecanismos de dominação e, conseqüentemente, de geração de mais dívida ecológica são, entre outros: investimentos ligados à apropriação de áreas naturais, programas de privatização de áreas social e ambientalmente sensíveis e acordos de propriedade intelectual que não levam em conta a apropriação histórica do conhecimento pelas comunidades (ribeirinhos, indígenas, caboclos, extrativistas) e biopirataria. (DIAS, 2023, p.3)

Tomando como exemplo a biopirataria mencionada pelo autor, que se trata da apropriação de recursos genéticos e conhecimentos de povos nativos sobre a natureza e benefícios que ela oferece, para a transferência e patenteação por grandes corporações, principalmente ligadas ao ramo farmacêutico. SHIVA (2003) demonstra como essa ferramenta do imperialismo verde explora a riqueza dos países do Sul global sob um discurso desenvolvimentista:

Apesar de toda a contribuição incomensurável que a biodiversidade do Terceiro Mundo tem feito para a riqueza dos países industrializados, as grandes empresas, governos e órgãos de assistência do Norte continuam criando estruturas legais e políticas para fazer o Terceiro Mundo pagar por aquilo que deu originalmente. As novas tendências do comércio e da tecnologia globais trabalham inerentemente contra a justiça e a sustentabilidade ecológica. Ameaçam criar uma nova era de bioimperialismo, baseado no empobrecimento biológico do Terceiro Mundo e da biosfera. (SHIVA, 2003, p. 103-104)

Esse trecho apresenta cabalmente a biopirataria e como ela é usada para a dominação da periferia do capitalismo, perpetuando sua posição de colônia. Mais a frente a autora apresenta também o papel das instituições internacionais nessa dinâmica, um dele o GATT, transformado em OMC, mas que carrega a herança da dominação em suas ações pelo mundo.

Além dessas instituições, cabe também analisar a atuação de empresários globais para a manutenção do imperialismo verde. Um exemplo típico é Elon Musk, principal nome quando o assunto é revolução tecnológica e transição para automóveis elétricos. Em julho de 2020, Elon Musk, em uma de suas redes sociais, afirma que “Vamos dar um golpe em quem quisermos. Lidem com isso”³ (BBC, 2024), em contexto que envolve a exploração de lítio na Bolívia. A Bolívia possui uma das maiores reservas de lítio do mundo, um recurso essencial para baterias usadas em veículos elétricos e dispositivos tecnológicos, itens-chave na transição para a chamada economia verde. A declaração foi uma resposta a um comentário que acusava os Estados Unidos de estarem por trás da tentativa de golpe de Estado de

³ Ver site: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv2g748xxxko>.

2019 contra Evo Morales, motivados pelo interesse no controle das reservas de lítio bolivianas.

Embora Musk tenha posteriormente minimizado sua fala, argumentando que sua empresa, a Tesla, obtém lítio de fontes diferentes e que não teve envolvimento direto no golpe, a frase gerou indignação por simbolizar a maneira como interesses corporativos e hegemônicos podem influenciar mudanças políticas em países ricos em recursos naturais. Essa fala, além de seu conteúdo provocativo, trouxe à tona debates sobre a soberania dos Estados periféricos frente à exploração de recursos estratégicos, muitas vezes conduzida sob o manto de discursos sobre progresso, sustentabilidade e inovação tecnológica, mas que, na prática, perpetuam relações de dependência e exploração.

3.1 Sustentabilidade retórica e prática predatória

Em muitos casos, instituições e corporações adotaram uma retórica que ficou conhecida como "greenwashing" – uma estratégia de marketing que visa promover uma imagem "verde", enquanto na prática mantêm ou até intensificam a exploração predatória de recursos naturais. Essas observações são particularmente evidentes em setores como o agronegócio, a mineração e a indústria de combustíveis fósseis, cujo discurso ambiental é muitas vezes usado para legitimar ou desviar a atenção das práticas destrutivas.

A ideia do "capitalismo verde" sustenta-se na crença de que a economia de mercado, com ajustes tecnológicos e políticas ambientais, pode conciliar o crescimento econômico contínuo com a preservação ambiental. Estados e corporações que abraçam essa narrativa frequentemente apresentam iniciativas como a transição para energias renováveis, o desenvolvimento de cadeias produtivas mais limpas e o financiamento de projetos de conservação. No entanto, essa visão idealizada é amplamente criticada por não atacar a raiz dos problemas ecológicos.

FOSTER (2012) argumenta que a lógica capitalista, centrada na busca incessante por lucro e expansão, é incompatível com os limites ecológicos do planeta. O modelo de produção atual, ainda que revestido de uma capa verde, continua a ser dependente da utilização incessante de recursos naturais. Foster observa que, enquanto o capitalismo se adapta a novas exigências regulatórias e pressões

ambientais, sua necessidade de acumulação constante gera inevitáveis esforços com a sustentabilidade.

Já MOORE (2015) vai além ao sugerir que o capitalismo verde não é apenas insuficiente para resolver a crise ecológica, mas na verdade intensifica a exploração dos recursos ao subordinar a natureza às dinâmicas do mercado. Ao focar em soluções tecnológicas, como o comércio de créditos de carbono e o desenvolvimento de "produtos verdes", o sistema oculta a continuidade das práticas anteriores.

Nos setores-chave da economia global, essas contradições entre o discurso ambiental e a prática predatória são flagrantes. Um exemplo notável é a exploração de petróleo e gás natural, realizada por empresas transnacionais frequentemente afirmam estar comprometidas com a transição energética, ao mesmo tempo que expandem suas operações em áreas ambientalmente seguras.

Outro exemplo é o setor agroindustrial, especialmente no Brasil, onde grandes empresas como a JBS e a Cargill frequentemente promovem suas práticas sustentáveis e o compromisso com a preservação da Amazônia. No entanto, a expansão desenvolvida da pecuária e da monocultura da soja está diretamente ligada ao desmatamento em larga escala dessas mesmas regiões. A retórica da responsabilidade ambiental esconde o fato de que esses mesmos setores são responsáveis pela destruição de milhões de hectares de floresta tropical, exacerbando as mudanças climáticas e ameaçando a biodiversidade global.

SAUER e LEITE (2012) destacam que a presença de multinacionais entre 1995 e 2005 mais que quadruplicaram nesse período, dentre essas empresas se encontra a Cargill. Os autores destacam que a presença dessas multinacionais é maior na região do cerrado, em paralelo com esse aumento internacional na agricultura brasileira, um outro ramo também ganha força, o da "limpeza", nas palavras deles:

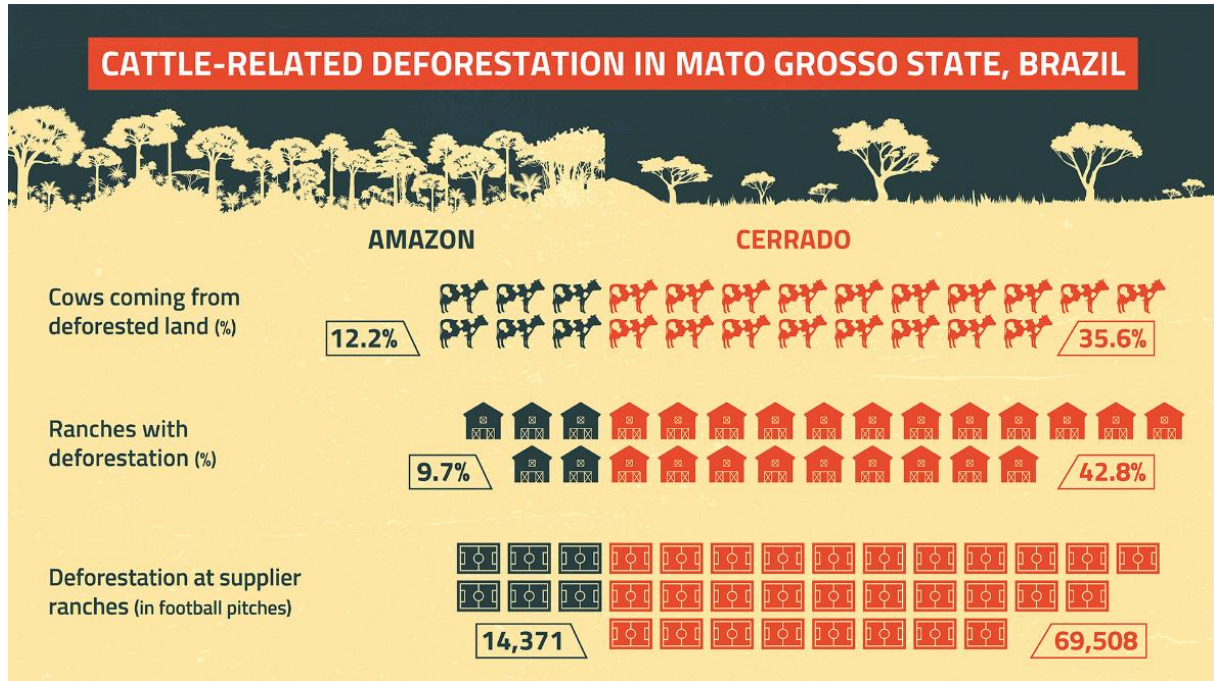
[...] com essa expansão nota-se também o surgimento, cada vez mais frequente, de empresas especializadas na corretagem imobiliária vinculada à "limpeza", preparo e venda de novas áreas para grupos privados (nacionais e estrangeiros), o que vale tanto para o setor de grãos quanto para o setor sucroalcooleiro. (SAUER; LEITE, 2012, p.509)

Dados da organização Global Witness⁴ demonstram que o Cerrado e a Amazônia são os biomas mais degradados por esse tipo de exploração. A ilustração a seguir demonstra o desmatamento no estado do Mato Grosso destinado à criação

⁴ <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/forests/the-cerrado-crisis-brazils-deforestation-frontline/>

de gado, seguindo a cadeia de fornecimento dos três maiores frigoríficos do Brasil: JBS, Marfrig e Minerva:

Figura 3: Desmatamento relacionado ao gado no estado do Mato Grosso, Brasil



Fonte: Global Witness (2024)

Os dados revelam que, na Amazônia, 12,2% dos bois provêm de áreas desmatadas, enquanto no Cerrado essa porcentagem é significativamente maior, alcançando 35,6%. Da mesma forma, 9,7% das fazendas na Amazônia estão associadas ao desmatamento, em comparação com 42,8% no Cerrado. Em termos de área desmatada nos ranchos fornecedores, isso equivale a 14.371 campos de futebol na Amazônia e 69.508 no Cerrado. Esses números evidenciam a gravidade do desmatamento no Cerrado, que supera de forma alarmante os índices da Amazônia, indicando uma pressão crescente sobre esse bioma devido à expansão da pecuária.

Em conjunto com essas empresas, grandes instituições financeiras globais como Barclays, BNP Paribas, Santander e HSBC, entre outros, desempenham um papel crucial ao subscrever bilhões de dólares em títulos que fornecem capital de giro para essas empresas, facilitando a expansão de suas operações, esses recursos são frequentemente associados ao desmatamento de biomas como a Amazônia e o Cerrado (Global Witness, 2024).

A prática de subscrição de títulos não significa a posse direta de ações dessas empresas, mas representa um mecanismo essencial para viabilizar seus negócios. Os bancos atuam como intermediários, auxiliando na emissão e comercialização desses

títulos, enquanto lucram no processo. Em contrapartida, muitas dessas instituições financeiras, como o Barclays e o Santander, são signatários de iniciativas como a *Net Zero Banking Alliance*⁵, comprometendo-se publicamente a reduzir suas emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050. Tal postura expõe uma contradição fundamental: enquanto adotam uma retórica de sustentabilidade, financiam atividades que promovem o desmatamento e danos para a intensificação das emissões de carbono.

As instituições financeiras, predominantemente sediadas no Norte Global, promovem políticas ambientais superficiais enquanto perpetuam a exploração intensiva de recursos naturais em países do Sul Global. No caso do Brasil, a subscrição de títulos para empresas líderes no setor da carne bovina não apenas viabiliza suas operações, mas também contribui para a destruição de ecossistemas essenciais, como as florestas tropicais, e para a intensificação das mudanças climáticas.

Além dos impactos ambientais, essa dinâmica reforça relações de dependência econômica e perpetua desigualdades globais. Enquanto os lucros gerados pelo financiamento retornam aos países ricos, os custos ambientais e sociais são externalizados para as comunidades locais, especialmente indígenas e pequenos agricultores, que enfrentam a perda de suas terras e modos de vida. A Global Witness destaca que empresas como JBS, Marfrig e Minerva não deveriam receber novos financiamentos enquanto continuam a contribuir para o desmatamento em larga escala.

Paralelamente, ALTVATER (1995) escreve que

“[...] cada país pode melhorar seu balanço de entropia enquanto piora o balanço de outros países ou regiões, na medida em que exterioriza seus problemas ecológicos relativos à produção e ao consumo. Assim, um país pode parecer ecologicamente consciente, produzindo e consumindo de modo eficaz, porque saqueia outras ilhas de entropia além de suas fronteiras, expelindo a entropia produzida em outras regiões do planeta” (ALTVATER, 1995, p.37)

Tal descrição reforça a concepção de que a chamada “transição verde” é apenas uma maneira de utilizar as bandeiras da sustentabilidade para a manutenção do sistema financeiro. Um outro ponto que chama no trecho destacado é onde o autor menciona sobre as “ilhas de entropia”, ou seja, os países que são utilizados como lixões do norte global, pois por mais absurdo que pareça a “exteriorização de lixo”,

⁵ A lista completa dos membros pode ser encontrada em <https://www.unepfi.org/net-zero-banking/members/>

mentionado por Altvater, o tema se tornou uma das principais pautas na ONU em 2012, a qual declarou uma crise global de resíduos. No entanto, essa crise não se iniciou nesse período, ela vem se intensificando desde o final da década de 90, não por coincidência, nesse mesmo corte temporal, em 1991, foi divulgado um memorando, do então economista chefe do banco mundial Lawrence Summers, no qual ele afirmava ser a favor da exportação de lixo para países subdesenvolvidos, com as seguintes justificativas:

- 1) o meio ambiente seria uma preocupação “estética”, típica dos países ricos;
- 2) os indivíduos mais pobres, na maioria das vezes, não vivem tempo suficiente para sofrer os efeitos da poluição ambiental; e
- 3) pela lógica econômica de mercado, as mortes em países pobres têm um custo mais baixo do que nos países ricos, pois seus moradores recebem menores salários. (NASCIMENTO; MENDONÇA, 2015, p.80)

Essa declaração de um membro do alto escalão do governo dos Estados Unidos revela abertamente uma política que favorece a exportação de resíduos para continentes historicamente explorados e o pouco caso com as questões ambientais. Ao utilizar argumentos baseados em baixos custos de poluição e na menor demanda por um ambiente limpo em regiões de extrema pobreza, essa visão negligencia as profundas questões éticas e sociais, além de subestimar os impactos ambientais a longo prazo.

A transferência de resíduos para países subdesenvolvidos não apenas aprofunda as desigualdades globais, mas também consolida um sistema de exploração em que os riscos e danos ambientais são desproporcionalmente alocados a essas nações, que frequentemente carecem da infraestrutura e dos recursos adequados para lidar com as consequências. BATHILLON (2019) define bem essa dinâmica, ao afirmar:

O ciclo de espoliação de recursos naturais e de descarte ilegal de lixo realizado pelos países ricos se fortalece. Supostamente estes países têm um eficiente sistema de gerenciamento sustentável de seus resíduos e lixos, no entanto os países africanos e do sudeste-asiático são as respostas dessa eficiência. (BATHILLON, 2019, p.13)

Gana, um país da África Ocidental, é um dos mais atingidos por essas atuações criminosas, o país é o maior “lixão de eletrônicos” do mundo. Os grandes exportadores são os Estados Unidos e os países Europeus, esses materiais se concentram em um local chamado Agbogbloshie, localizado no oeste da capital, Acra⁶. A maior motivação

⁶ Ver site: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109_lixao_eletronicos_ab . Acesso em: 25 nov. 2024

para essa dinâmica é proporcionar o acesso a população ganense, no entanto, as empresas responsáveis por essa exportação aproveitam da situação para levar também ao país equipamentos que não são mais utilizados para que a responsabilidade e o incomodo desses materiais não sejam de responsabilidade das empresas do norte global.

As contradições do capitalismo verde também se manifestam na forma como os recursos naturais são administrados no cenário global. Instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), frequentemente promovem projetos que são revestidos com a retórica de desenvolvimento sustentável, mas que, na prática, facilitam a continuidade da exploração de recursos em países do Sul Global.

As práticas predatórias de exploração de recursos têm um impacto global que transcende as fronteiras nacionais, afetando ecossistemas e comunidades em todo o planeta. A remoção de minerais para a produção de tecnologias "verdes", como as baterias para carros elétricos, ironicamente carece de cadeias de fornecimento que muitas vezes envolvem práticas ambientalmente destrutivas e socialmente injustas.

David Harvey (2013) argumenta que o conceito de "acumulação por espoliação" é crucial para entender como a exploração de recursos naturais alimenta o sistema capitalista global. Essa dinâmica é essencial para a manutenção do capitalismo, que se apropria de áreas ecológicas sensíveis para alimentar a economia global com as matérias-primas permitidas à produção em massa. Ao fazer isso, o capitalismo reproduz as desigualdades globais e reforça o controle imperialista sobre os países ricos em recursos, ao mesmo tempo que sustenta a narrativa de progresso ambiental, voltando ao conceito do imperialismo verde.

3.2 Imperialismo verde: estudo de caso da RDC

A República Democrática do Congo (RDC) ocupa um lugar central no debate global sobre o imperialismo verde devido à sua posição estratégica como uma das maiores detentoras de recursos minerais essenciais para uma transição energética global. Minerais como o cobalto (columbita-tantalita), o cobalto e o lítio, indispensáveis para baterias e tecnologias verdes, fazem do país um alvo de interesses internacionais. Contudo, embora o discurso ambientalista global enfatize a sustentabilidade, a exploração desses recursos frequentemente perpetua dinâmicas de desigualdade, gestão ambiental e transparência de direitos humanos. Este capítulo

analisa como o imperialismo verde se manifesta na RDC, explorando o papel de empresas multinacionais, instituições internacionais e a retórica ambientalista no contexto de exploração predatória. Mas, em primeiro lugar, se faz importante conhecer parte da história congolense, desde a dominação belga até o declínio de Mobutu.

3.2.1 Breve história da República Democrática do Congo

A história da República Democrática do Congo é uma das mais emblemáticas sobre os impactos do imperialismo europeu e as complexidades do período pós-colonial na África. Desde o regime brutal de Leopoldo II da Bélgica até à ditadura de Mobutu Sese Seko, o Congo vivenciou ciclos de exploração e instabilidade, cujas consequências moldam o país até hoje. Infelizmente, existem poucos arquivos que relatam as atrocidades cometidas por Leopoldo II na dominação do território congolense, isso porque

As fornalhas ficaram acesas por oito dias, transformando grande parte dos registros do Estado do Congo em cinza e fumaça sob o céu de Bruxelas. [...] Ao mesmo tempo em que as fornalhas trabalhavam em Bruxelas, saíram ordens do palácio para que todos os registros fossem destruídos também no Congo. [...] Poucas vezes um regime totalitário esforçou-se tanto para destruir tão completamente os registros de seu trabalho. Em sua busca posterior por uma ordem mais alta, Hitler e Stalin deixaram um rastro bem maior de papéis atrás de si. (HOCHSCHILD, 1999, p.305-306).

Após o Congresso de Berlim (1884-1885), Leopoldo II garantiu o domínio sobre o Estado Livre do Congo, transformando-o em sua propriedade privada. Sob a justificativa de levar a civilização e combater o tráfico de escravos, o rei belga instituiu um sistema de exploração brutal focado na extração de borracha e marfim. Conforme Adam HOCHSCHILD (1999) relata resumidamente os impactos da Bélgica no Congo:

foram décadas de colonialismo, muitos séculos de tráfico de escravos e — algo que freqüentemente é ignorado — séculos de escravização dentro da própria África, antes disso. Dos tempos coloniais para cá, o maior legado que a Europa deixou para a África não foi a democracia conforme ela é praticada hoje em países como Inglaterra, França e Bélgica; foi o autoritarismo e o saque. E, em todo o continente, talvez não nenhuma tenha tido maior dificuldade do que o Congo em emergir das sombras do passado. (HOCHSCHILD, 1999, p. 312).

David MOORE (2001) enfatiza que o modelo instaurado por Leopoldo II estabeleceu as bases para uma lógica de governança baseada na pilhagem e na violência que perdurou no Congo, onde ele menciona que o país:

tem sido dilacerado pela violência que sempre acompanha os estrangeiros que veem o coração da África apenas como matéria-prima para exploração — desde a borracha e o marfim nos tempos de Leopoldo até os diamantes, ouro, cobre e os tipos raros de minerais essenciais para as estações espaciais de

hoje – e que trabalham lado a lado (mas ambos em conflito) com déspotas em vez de democratas. (MOORE, 2001, p.130, tradução nossa)

O escândalo internacional gerado pelas atrocidades do Estado Livre do Congo forçou Leopoldo a ceder o controle do território ao governo belga em 1908. Contudo, a transição para o Congo Belga manteve as estruturas de exploração económica e exclusão social.

A independência do Congo, conquistada em 1960, foi marcada pela euforia popular e pela eleição de Patrice Lumumba como primeiro-ministro. Lumumba tornou-se símbolo da luta anticolonial e da soberania africana, mas a sua visão de um Congo unido e livre da influência ocidental encontrou rapidamente oposição interna e externa. Sua postura contra o neocolonialismo e sua retórica nacionalista alarmaram os Estados Unidos e a Bélgica, que temiam uma aliança do Congo com o bloco socialista durante a Guerra Fria. Em janeiro de 1961, Lumumba foi capturado, torturado e assassinado com o apoio direto de agentes belgas e americanos, em um episódio que, segundo MOORE (2001), refletiu a continuidade da interferência estrangeira nas dinâmicas políticas congoleesas.

A morte de Lumumba mergulhou o país em um período de instabilidade, marcado por rivalidades regionais e intervenções externas. A fragmentação do poder político abriu caminho para o golpe militar liderado por Mobutu Sese Seko em 1965. Durante mais de três décadas, Mobutu governou o Congo (rebatizado como Zaire) sob um regime autoritário caracterizado por corrupção extrema e repressão política. Mobutu utilizou uma retórica de "autenticidade africana" para consolidar o seu poder, enquanto acumulava uma imensa fortuna pessoal proveniente da exploração dos recursos naturais do país. MOORE (2001) descreveu Mobutu como o "rei das cleptocracias", cujo governo "se baseou tanto em mercenários e no apoio americano durante a Guerra Fria quanto na manipulação habilidosa de centenas de líderes regionais e étnicos, a maioria dos novos rebeldes também poderia ser rotulada como "senhores da guerra". (MOORE, 2001, p. 130, tradução nossa).

Embora Mobutu tenha recebido apoio ocidental como aliado estratégico durante a Guerra Fria, seu governo começou a ruir nas décadas de 1980 e 1990, em meio a crises económicas, protestos populares e pressões internacionais pela democratização. Em 1997, Mobutu foi deposto por uma coalizão liderada por Laurent-Désiré Kabila, marcando o fim de uma era de pilhagem institucionalizada, mas inaugurando novos desafios para o Congo.

A trajetória do Congo, desde a colonização de Leopoldo II até a queda de Mobutu, exemplifica os impactos devastadores do imperialismo e da má governança em um país rico em recursos, mas marcado por desigualdades estruturais. Como observam MOORE (2001) e HOCHSCHILD (1999), o legado de exploração, violência e intervenções externas deixou cicatrizes profundas que continuam a influenciar o desenvolvimento político e econômico do país no século XXI.

Na RDC, as empresas multinacionais desempenham um papel central na exploração de estratégias minerais. Grandes corporações como a Glencore, a China Molybdenum Co. Ltd (CMOC) e a Barrick Gold são atores dominantes na mineração local. Essas empresas frequentemente firmam contratos que favorecem seus lucros em detrimento do desenvolvimento local, muitas vezes com pouca supervisão.

A Glencore, uma das maiores mineradoras do mundo, é responsável por operações graves na mineração de cobalto, um mineral essencial para baterias de carros elétricos. Apesar de promover práticas “sustentáveis”, relatórios independentes apontam o uso de trabalho infantil e condições perigosas em minas artesanais que abastecem sua cadeia de suprimentos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2016).

Além disso, a China Molybdenum Co. Ltd controla uma das maiores minas de cobalto do mundo, a Tenke Fungurume, desde 2016. Sobretudo no contexto de sua expansão, essa empresa tem sido acusada de expropriação de terras, destruição de ecossistemas locais e falta de compensações adequadas às comunidades deslocadas (GLOBAL WITNESS, 2018).

De acordo com dados retirados do relatório de estatística de mineração referente ao ano de 2023, realizado pelo Ministério das Minas da RDC⁷, RADLEY (2023, p.327), extraiu os seguintes dados

Tabela 1 – Produção de Cobalto na RDC, 2021.

Firm	Nationality	Project(s)	Production	
			Tons	%
Glencore	Swiss	Kamoto, Mutanda	27,700	30
Eurasian Resources Group	Kazakh	Metalkol	20,718	22
CMOC	Chinese	Tenke Fungurume	18,501	20
Pengxin International Mining	Chinese	Shituru	7000	8
Zhejiang Huayou Cobalt	Chinese	Luiswishi	5390	6
Jinchuan Group	Chinese	Ruashi	4400	5
Other	-	-	9302	10
Total			93,011	100

⁷ Para acessar o relatório: <https://mines.gouv.cd/fr/statistiques/>

Analisando os dados da tabela acima, é possível visualizar a produção de cobalto na República Democrática do Congo (RDC) em 2021, destacando o papel central do país no mercado global desse recurso crítico, amplamente utilizado na fabricação de baterias recarregáveis e dispositivos eletrônicos. O total produzido foi de 93.011 toneladas, sendo que 90% dessa produção foi técnica em seis grandes empresas. A Glencore, de origem suíça, liderou com 27.700 toneladas, representando 30% da produção total, principalmente por meio de seus projetos Kamoto e Mutanda. O Eurasian Resources Group, do Cazaquistão, aumentou com 22% da produção (20.718 toneladas), operando no projeto Metalkol. Empresas chinesas, como CMOC, Pengxin International Mining, Zhejiang Huayou Cobalt e Jinchuan Group, desempenharam um papel significativo, somando 39% da produção total, evidenciando o domínio crescente da China na cadeia de suprimentos de minerais estratégicos, por meio de projetos como Tenke Fungurume, Shituru, Luiswishi e Ruashi. Os dados reforçam a dependência global do cobalto produzido na RDC, ao mesmo tempo em que destacam a influência predominante de empresas multinacionais no setor, com implicações econômicas e geopolíticas significativas para o país e o mercado global.

A atuação dessas corporações exemplifica as contradições do imperialismo verde, cuja retórica de sustentabilidade global é utilizada para práticas predatórias invisíveis, mantendo o Norte Global como principal beneficiário das cadeias de suprimentos "verdes".

Como mencionado anteriormente, o papel das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, também é crucial para compreender a dinâmica do imperialismo verde na RDC. Esses organismos frequentemente condicionam empréstimos e auxílios financeiros à implementação de políticas neoliberais que priorizam a abertura de mercados e a atração de investimentos estrangeiros. Desde os anos 1980, na RDC foi iniciado programas de ajuste estrutural que resultaram na privatização de empresas estatais, incluindo mineradoras. Essas reformas, em vez de fortalecer a soberania econômica, abriram caminho para que empresas estrangeiras assumissem o controle de recursos estratégicos.

Além disso, as iniciativas globais de descarbonização, como o Acordo de Paris, pressionaram países como a RDC a fornecer os minerais necessários para a transição energética. Contudo, essas demandas globais frequentemente ignoram os impactos

sociais e ambientais locais, reforçando a assimetria entre o Norte e o Sul Global. Para RADLEY (2023):

O imperialismo verde na RDC envolveu o desmantelamento da propriedade soberana congoleza e o controle sobre sua riqueza de recursos naturais (água e luz solar junto com metais de baixo carbono) e o estabelecimento de acesso aberto à economia congoleza. Ao mesmo tempo em que ajuda a promover as agendas econômicas verdes de potências hegemônicas, garantindo a elas acesso a metais de baixo custo e baixo carbono e um mercado para a entrada de financiamento e tecnologias de energia renovável, a resposta política ao imperialismo verde na RDC parece estar reproduzindo um modelo de desenvolvimento nacional liderado pela mineração que historicamente tem proporcionado pouco em termos de melhorias materiais para a maioria da população, minando assim as perspectivas de prosperidade no país. (RADLEY, 2023, p.333)

Entende-se que o imperialismo verde, na RDC, ilustra um paradoxo fundamental: enquanto os minerais do país são essenciais para as tecnologias verdes e a mitigação da crise climática, sua proteção intensifica a desigualdade socioeconômica, a gestão ambiental predatória e os conflitos locais. Essa contradição reflete o que MARTINEZ-ALIER (2002) chama de “injustiça ambiental”, na qual os custos ambientais e sociais da produção são externalizados para as comunidades mais vulneráveis, enquanto os benefícios são protegidos por países e empresas do Norte Global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, este trabalho buscou explorar as continuidades e transformações nas estratégias de dominação global, evidenciando como o imperialismo verde emerge como uma evolução do imperialismo tradicional, instrumentalizando a retórica ambientalista para perpetuar a exploração econômica e o controle político de regiões ricas em recursos naturais, especialmente nos países do Sul Global.

Embora tenha sido concentrado em temas-chave como a interseção entre exploração econômica, domínio político e práticas de greenwashing, esta análise ainda é inicial e se limita a alguns recortes específicos. A escolha de priorizar o estudo de caso da República Democrática do Congo envolveu uma abordagem prática e contextual, mas não esgota os inúmeros casos de exploração contemporânea que o conceito de imperialismo verde pode analisar

Reconhece-se que ainda há muito a ser investigado. Questões como a participação de instituições financeiras globais, o impacto do imperialismo verde nas comunidades locais e as respostas dos movimentos sociais locais merecem análises mais aprofundadas. Além disso, futuramente, o trabalho pode expandir sua abordagem para incluir contextos geográficos e outros setores econômicos afetados pelas dinâmicas do imperialismo verde, desenvolvendo mais exemplos e estatísticas.

Dessa forma, este estudo pretende ser uma contribuição inicial para o debate acadêmico, incentivando futuras pesquisas que aprofundem e ampliem a compreensão sobre as complexas relações entre sustentabilidade, exploração e dominação global. Em um cenário em constante transformação, o estudo das contradições entre discurso e prática é essencial para desenvolver as estruturas de poder que sustentam a desigualdade global e buscar caminhos alternativos para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

De alguma forma esse trabalho pretende criticar ou diminuir as lutas em defesa do meio ambiente, mas sim expor como esse debate tão relevante globalmente está sendo desviado para objetivos financeiros que perpetuam desigualdades e formas contemporâneas de dominação. É fundamental diferenciar as iniciativas genuínas de preservação ambiental das estratégias que instrumentalizam o discurso ecológico para sustentar modelos de exploração predatória e concentração de poder.

O estudo evidenciou que, enquanto a transição energética e a sustentabilidade são apresentadas como soluções universais, muitas vezes elas servem como

fachadas para fortalecer a hegemonia de potências econômicas e corporações multinacionais. Essa contradição não apenas compromete a efetividade das ações ambientais, mas também amplia as injustiças socioeconômicas, especialmente para os países do Sul Global, que continuam a arcar com os custos humanos e ecológicos dessa dinâmica.

Portanto, mais do que nunca, é necessário um olhar crítico e vigilante sobre as práticas que se dizem sustentáveis, questionando para quem e a que custos essas iniciativas são inovadoras. Apenas com essa postura será possível garantir que o discurso ambiental não se torne mais uma ferramenta de opressão, mas sim um instrumento eficaz de justiça social e ecológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial**. Ed. Unesp, 1995.

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, v. 9, p. 77-123, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/Fzm4BXPmV6GGbBdFwvPSh/?format=html>

ANISTIA INTERNACIONAL. *É por isso que morremos: abusos de direitos humanos na República Democrática do Congo impulsionam o comércio global de cobalto*. Londres, 2016. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/05/AFR6231832016ENGLISH.pdf>

ARAÚJO, Rafael. 2. O Imperialismo e sua Atualidade na Análise do Sistema Capitalista Internacional. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 03, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/2702>

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino americano*. 2 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013. (Cap.VI - A integração monopólica mundial e suas consequências para a América Latina e Cap. VII- As condições que possibilitam a industrialização sob o domínio do capitalismo monopolista integrado nos países do tipo A - p. 121-153. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8651120/mod_resource/content/1/V%C3%A2nia%20Bambirra%20-%20O%20capitalismo%20dependente%20latino-americano.pdf

BARBOSA, Wilson do Nascimento. Neocolonialismo: Um Conceito Atual? **Sankofa (São Paulo)**, v. 4, n. 8, p. 7-11, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/88803/91686>

BATHILLON, Aldine Valente. Colonialidade tóxica, descarte do lixo global e contra-narrativas socioambientais em África: uma análise das Convenções de Basiléia e de Bamako. 2019. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1974/1/2019_mono_aldinebathillon.pdf

BBC NEWS BRASIL. *Com Musk excluído, lítio coloca Bolívia no centro de disputa entre China, Rússia e EUA*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv2g748xxxko>

BHAGWATI, Jagdish. **Em defesa da globalização: Com um novo posfácio**. Oxford University Press, 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=jW_mBuCXI9gC&oi=fnd&pg=PP1&dq=bhagwati&ots=PAIU7o9b_1&sig=cwQ_W3f_FfTFz-BG7jLH0zG3JÖg#v=onepage&q=bhagwati&f=false

BOAHEN, Albert Adu. História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935, 2010. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/handle/123456789/823>

BOND, Patrick. **A pilhagem na África: a economia da exploração**. Tradução de Salomon Blajberg, com a colaboração de Jennifer Dunjwa Blajberg e Flávio Wanderlei Lara. Rio de Janeiro: Instituto ComÁfrica, 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/2semestre_2015/anexo_fa_dedi_africa.pdf

BRAGA, Ruy. Globalização ou neocolonialismo? O FMI e a armadilha do ajuste. **Revista Outubro**, v. 4, 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%C3%A7%C3%A3o-83o-4-Artigo-06.pdf>

CARVALHO, Fernando Cardim. A influência do FMI na escolha de políticas macroeconômicas em uma economia emergente: o caso do Brasil. **Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços**. São Paulo: Manole, v. 50, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fernando-Cardim-De-Carvalho/publication/323907410_A_Influencia_do_FMI_na_Escolha_de_Politicas_Macroeconomicas_em_uma_Economia_Emergente_o_Caso_do_Brasil/links/5ab241adaca272171000a2df/A-Influencia-do-FMI-na-Escolha-de-Politicas-Macroeconomicas-em-uma-Economia-Emergente-o-Caso-do-Brasil.pdf

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: uma estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica**. Unesp, 2003. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3179665/mod_resource/content/1/%5BCHANG%2C%20Ha-Joon%5D%20Chutando%20a%20Escada.pdf>

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? neoliberalismo e ordem global**. Editora Bertrand Brasil, 2004. Disponível em: <<https://crabgrass.riseup.net/assets/70847/O-Lucro-Ou-as-Pessoas-Noam-Chomsky.pdf>>

DIAS, Reinaldo. NEOCOLONIALISMO ECOLÓGICO E DÍVIDA ECOLÓGICA: UM EXAME CRÍTICO DAS RELAÇÕES NORTE-SUL NO CONTEXTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 7, 2023. Disponível em: <<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3637>>

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. **Lutas sociais**, n. 28, p. 87-104, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18539>>.

GLOBAL WITNESS. *Regime Cash Machine: Como as crescentes exportações de mineração da República Democrática do Congo estão falhando em beneficiar seu povo*. Londres, 2018. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/democratic-republic-congo/regime-cash-machine/>

GLOBAL WITNESS. *The Cerrado crisis: Brazil's deforestation frontline*. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/fore/the-cerrado-crisis-brazils-de-frontl>>.

GOMES, João Gabriel Naghettini et al. O Espírito de Bandung e o estuário das nações. 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39428>>

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **império**. 2000. Disponível em: <<http://148.202.167.116:8080/xmlui/handle/123456789/1716>>

HARVEY, David. O neoliberalismo. **História e implicações**. São Paulo: Loyola, p. 172-178, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/827027/mod_resource/content/1/HARVEY.%20O%20Neoliberalismo%20%28pp.%2011-47%29.pdf>

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Edições Loyola, 2013.

HOSCHSCHILD, Adam. **O fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial**. Companhia das Letras, 1999.

HUNT, Emery Kay; LAUTZENHEISER, Mark. História do Pensamento Econômico. Trad. André Arruda Villela. 2013. Disponível em: <<https://gremiojovenspensadores.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/04/historia-do-pensamento-economic-e-k-hunt.pdf>>

KWAME NKURMAH. *Wikipédia: uma enciclopédia livre*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Kwame_Nkrumah>.

LENINE, Vladimir. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. 4º ed. São Paulo: Editora Centauro, 2010.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Interpretações clássicas do imperialismo. **Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas**, n. 216, 2013. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3247/TD216.pdf>

MARTÍNEZ ALIER, Joana. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. Tradução de Maurício Waldman. 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2011.

MEDEIROS, Amanda Monteiro Stelitano; RIBEIRO, Gabriel Gonçalves. Imperialismo verde: novas dominações em novos tempos. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 2, p. 134-150, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45068>>

MOORE, David. Do Rei Leopoldo ao Rei Kabila no Congo: as continuidades e contradições do longo caminho do senhor da guerra à democracia no coração da África. 2001. Disponível em: https://www.scienceopen.com/document_file/bc0f573e-adc6-4edb-b4e5-a54548254313/ScienceOpen/03056240108704516.pdf

MOORE, Jason W. ***Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital***. Verso, 2015. Disponível em: <http://pinguet.free.fr/moore2015.pdf>

NASCIMENTO, Evelyn Rosa do et al. Entre o silêncio e o reconhecimento: o processo de independência e os movimentos de libertação no Congo-RDC (1956-60). 2015. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13826>

NASCIMENTO, Valéria Ribas do; MENDONÇA, Fernanda Graebin. Injustiças ambientais do mundo (pós) moderno: a regulamentação jurídica internacional sobre o descarte de resíduos eletrônicos do norte para o sul. *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, Recife, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/download/1573/1473>.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo**: último estágio do Imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

OLIVEIRA, Maria José Galleno de Souza. A globalização da pobreza: impactos das políticas sociais do Estado neoliberal nas democracias dos países latino-americanos. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 99, p. 461-474, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67632/70242>

RADLEY, Ben. Green imperialism, sovereignty, and the quest for national development in the Congo. **Review of African Political Economy**, v. 50, n. 177-178, p. 322-339, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03056244.2023.2277616>

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Editora Companhia das Letras, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8043123/mod_resource/content/1/Edward%20W.%20Said%20-%20Cultura%20e%20imperialismo-Editora%20Companhia%20das%20Letras%20%282011%29.pdf

SANKARA, Thomas. "A United Front Against Debt", Committee for the Abolition of Illegitimate Debts, 27 out. 2011. Disponível em: https://www.cadtm.org/spip.php?page=imprimer&id_article=13533#:~:text=Debt's%20origins%20come%20from%20colonialism's,cousins%20who%20were%20the%20lenders

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, p. 503-524, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/HZrSybsxDJ6Hf5hSNB9GGXk/?format=pdf&lang=pt>

SHIVA, Vandana. Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003 Disponível em: https://zonamenosum.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/12/livro_vandana_shiva-monoculturas_da_mente.pdf

SILVÉRIO, Valter Roberto et al. Síntese da coleção história geral da África, II: século XVI ao século XX. 2021. Disponível em: <https://geografia.blog.br/pdf/2021schgaiiunesco.pdf>

STIGLITZ, Joseph E. **Globalização e seus descontentamentos**. Nova York: WW Norton & Company, 2002.

UZOIGWE, G. Partilha Europeia ea Conquista da África: Um Apanhado Geral. Em Boahen, A. (Org.), *História Geral da África VII: África sob a Dominação Colonial, 1880-1935* (pp. 21-50). 2010. <https://ria.ufrn.br/handle/123456789/823>

WADE, Robert. **Governing the market:** economic theory and the role of government in East Asian industrialization. Princeton: Princeton University Press, 1990. Disponível em: <
https://lbumaqui.com.br/wp-content/uploads/2021/02/13_Wade-Governing-the-Market_-Economic-Theory-and-the-Role-of-Government-in-East-Asian-Industrialization-Princeton-University-Press-1990.pdf>